

A Igreja e a criação de uma paisagem urbana institucional:

a envolvente da Sé do Porto no séc. XVI

J o s é F e r r ã o A f o n s o ¹

Este artigo é baseado na investigação efectuada pelo autor no âmbito do projecto «O Porto Virtual no século XVI». Este projecto, a cargo de uma equipa do CITAR da Escola das Artes da UCP/CRP dirigida pelo Eng.º Luís Teixeira, teve como objectivo a realização de um modelo 3D da Sé do Porto e da sua envolvente e compreendeu as seguintes áreas contíguas à Catedral: a nascente a rua do Redemoinho, a norte a praça de S. João e a poente o adro que então era formado, entre a torre da Câmara e a porta do paço episcopal, pelos designados terreiro da Pregação e rua da Porta Principal da Sé,

Nascente: A rua do Redemoinho

Um bairro canónico?

A rua do Redemoinho, a nascente da Sé do Porto e actualmente designada D. Hugo, também foi conhecida por rua dos Cónegos, Detrás da Sé e da Catedral².

¹ Professor da Escola das Artes da UCP/CRP, bolseiro da FCT.

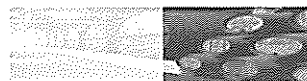
² ALMEIDA José Gaspar de, *Inventário do Cabido da Sé do Porto*, I, Porto, 1935, p.234. Citado por BASTO, Artur de Magalhães – «Desenvolvimento topográfico da cidade (séculos XII a XV)», *História da Cidade do Porto*, vol. I, Porto: Portucalense Editora, 1962, pp. 145-146. Sobre a rua do Redemoinho medieval ver: OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Pinto – *Cidade, plano, território. Urbanização do plano intra-muros do Porto (séculos XIII-1ª metade do século XIV)*. Dissertação de mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto: FLUP, 1994, p. 141.

No século XVI podemos considerá-la composto pela rua do Redemoinho propriamente dita, que corria entre a rua da Porta de Vandoma e o Postigo das Mentiras, mais tarde designado das Verdades, e por dois espaços que lhe eram contíguos e estreitamente associados: o adro Detrás da Sé, entre a cabeceira da catedral românica, uma linha de habitações que desenhava a margem poente da via e o chamado «claustro velho», e a rua da Porta de Vandoma, que designava o troço imediatamente contíguo ao interior da entrada da muralha com o mesmo nome.

Embora tivesse obviamente um início e um fim, como rua residencial que foi a rua do Redemoinho assumiu-se mais como lugar do que como caminho entre lugares. Desse modo, diferenciou-se da grande maioria das vias medievais. Outras ruas no Porto antigo – a dos Mercadores, a rua Nova, a das Flores – serão também locais de habitação de elites urbanas. Nenhuma delas, contudo, terá o carácter peculiar do Redemoinho. Essa particularidade adveio-lhe de ter sido lugar de morada de uma elite eclesiástica numa cidade que, como sabemos, foi episcopal até ao início do século XV. Como consequência, duas funcionalidades omnipresentes em todas as épocas na rua europeia, a económica e a de tráfego, estiveram, em Quinhentos, quase ausentes do seu espaço.

Dever-se-á, contudo, ressaltar que a rua nunca foi um local exclusivo de habitação de cônegos e de uma maneira geral, dos membros do clero. O mesmo, aliás, sucederia com a zona do Castelo, abrangida pela muralha românica, em que se situava. As primeiras disposições conhecidas, aliás não muito precisas, sobre os locais de residência do clero na cidade são tardias e originárias do poder laico. Em 1350, por exemplo, a vereação acordou, no seguimento de deliberações anteriores, que os clérigos não poderiam morar na «villa»; se algum o pretendesse fazer teria que habitar dentro do Castelo, na viela da Cividade ou na zona desde a porta do Souto até ao Olival³. Essa deliberação será reforçada posteriormente, em 1368, por carta de D. Fernando. Respondendo a queixas do Concelho segundo as quais alguns cônegos, clérigos, abades, priores e outros poderosos beneficiados vinham pousar na cidade, o rei ordena que as antigas deliberações de Afonso IV e D. Pedro I sobre os locais em que eles poderiam permanecer no Porto, dentro do Castelo «e outros luga-

³ «...Nom more na villa nas praças nem tenha hy Carregoons (?) nem nem hum/vizinho da dicta villa nom lhys Aluguem casas em que morem nem lhys dem pousadas para povrarem com elles (...). E se Alghuuns outros crerygos meores quiserem morar em na Villa morem dentro da cerca do castello ou na Rua que chamam a veella da Civydade E della porta da Rua do/Souto Ata cima para oolival onde morou Françisco estevez penetas A Cima ataa somtil (?) Afonso E que taes crerigos como estes nom morem nas outras Ruas e praças senom tam solamente em estes logares suso dictos...» (*Corpus Codicum*, vol VI, Livro 2º de Pergaminhos, doc. 29, p. 45).



res assinalados da cidade», fossem cumpridas⁴. Trata-se portanto, de disposições de carácter geral; seria, aliás, a própria vizinhança dos clérigos a contribuir para afastar os laicos: D. João II, em 13 de Julho de 1491, permitiu que o Cabido herdasse uma casa situada junto à Sé, na rua do Redemoinho «...as quaes estavam ante clérigos e beneficiados e eram aborrecidas de todallas outras pessoas leigas...»⁵.

As decisões do poder laico, porém, apenas reafirmavam o costume que, em resultado da obrigatoriedade da assistência aos ofícios religiosos⁶, compelia os clérigos, sobretudo os beneficiados e os membros da Coraria, o habitar nas cercanias da Sé⁷. Esta situação portuense estava longe de ser excepcional: podem-se relatar outros casos, como os de Santarém e Óbidos, da presença dos clérigos no espaço das cercas velhas⁸. Como se afirmou, esses espaços estavam longe de ser exclusivamente reservados à residência dos eclesiásticos. De facto, no Portugal da época os enclaves raramente traduziam – com a excepção e mesmo essa mitigada, das judiarias – de forma exclusiva, os critérios usados para os delinear⁹.

⁴ *Corpus Codicum*, vol 1, p. 107.

⁵ Arquivo Distrital do Porto, *Cabido*, nº 1686, *Livros XXVIII de Originaes*, 1491, Julho 13, fl. 3. Referido por Costa, Adelaide Pereira Millán da – *Projecção espacial dos domínios das relações de poder no burgo portuense (1385-1502)*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais e Humanas na especialidade de História, Universidade Aberta, 1999, p. 478. Sobre a os locais de habitação de clérigos no Porto até ao século XIV, ver ainda OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Azeredo Pinto – *Cidade...*, pp. 156-157.

⁶ Segundo Fortunato de Almeida, os cônegos só por doença poderiam eximir-se à recitação do ofício divino. Era um costume da sé de Braga, que seria depois introduzido no Porto, que o cônego ausente, ainda que fosse em serviço do bispo, cabido, rei, ou em estudo, ou na cúria romana, deveria nomear substituto que fizesse as suas vezes nos ofícios diurnos e nocturnos. Por isso, o bispo do Porto D. João determinaria o que nas distribuições só se contassem os ausentes quando doentes; que não bastava assistir à Glória do primeiro salmo, mas até ao fim e que os apontadores que assim não descontassem os cônegos incorriam na pena de excomunhão da qual não poderiam ser absolvidos sem pagarem o dobro (ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, 2.^a ed. Coimbra: Imprensa Académica, 1910, Tomo I, pp. 205-206

⁷ Sobre a prática de residência dos clérigos nas proximidades das igrejas que serviam, quer em Portugal quer no estrangeiro, ver, por ex. FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de Elite na Guimarães Medieval (1376-1520)*, Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1989, p. 149-150.

⁸ Cf. BEIRANTE, Maria Ângela da Rocha – *Santarém medieval*, Lisboa: FCSH, 1980, p. 60, 62 e SILVA, Manuel Santos – *Estruturas urbanas e administração concelhia. Óbidos Medieval*, Cascais: Patrimónia Histórica, 1997, p. 32. A cerca de Tomar seria transformada em bairro eclesiástico em 1497 (CONDE, Manuel Sílvio – *Tomar Medieval (o espaço e os homens)*, Cascais: Patrimónia Histórica, 1996, p. 10).

⁹ Cf., por exemplo: FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de Elite...*; p. 150. No caso do Porto, logo depois da criação da judiaria o rei teve que emitir legislação que proibia os poderosos de aí pousar (Cf. BASTO, A.C de Barros – «Os Judeus no velho Porto», *Revista de estudos hebraicos*, vol I, Lisboa: Instituto de Estudos Hebraicos de Portugal, 1928, p. 185).

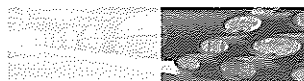
Mas, tendo em conta essas condicionantes e procurando um sentido mais preciso para o termo «bairro canónico», ele será, sem dúvida, apropriadamente aplicável à rua do Redemoinho¹⁰. Entre outras razões, para além das de carácter socio-topográfico, porque é possível traçar paralelos entre a morfologia da rua e a de espaços semelhantes existentes noutras cidades episcopais europeias. Nestas, as áreas capitulares foram zonas resguardadas que dependeram muito da localização dos conjuntos catedralícios e, quando não foram completamente cercadas por muros próprios, apoiaram-se frequentemente nas muralhas. Assim sucedeu no Redemoinho: o desenho curvo da rua, colando-se ao relevo do sítio e correndo paralela à muralha românica, entre duas portas por um lado e a catedral e o «claustro velho» por outro, produziu um espaço fechado, com um acesso bastante condicionado¹¹.

Por isso, dentro da área mais alargada da zona superior do Castelo, a rua do Redemoinho deteria, nos finais da Baixa Idade Média e mais acentuadamente no século XVI, um estatuto muito especial. Na verdade, ela foi então uma via quase privada. Essa segregação auto-inflingida, que permitiu a vida sem a interferência da cidade, num cenário com um tempo próprio, produziu um ambiente exclusivo, propício a uma exposição concentrada, elitista e auto-representativa de arquitectura. Nesse sentido, podemos também considerá-la o verdadeiro «bairro canónico» do Porto.

Para essa concentração de clérigos também contribui o isolamento progressivo da zona do Castelo, antiga cidadela, que ao longo dos séculos finais da Idade Média foi perdendo importância política, económica, militar e administrativa, para só conservar a papel religioso. Esse processo foi acompanhado por sinais de abandono e degradação; eles foram também visíveis, no início da Idade Moderna, na

¹⁰ Isabel Osório, citando Roberto Lopez (LOPEZ, Roberto S. – *A cidade medieval*, (Entrevista conduzida por Marino Berengo). Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p. 100) coloca a hipótese de a rua se configurar como uma «ilha eclesiástica», ou seja «...um espaço refúgio dos clérigos retirados da vida activa, transformados em administradores das suas propriedades e usufruindo dos rendimentos fundiários que a situação lhes proporcionava...» (OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Azeredo Pinto – *Cidade...*, p. 177).

¹¹ Sobre uma rua que também foi lugar de concentração de propriedade e residência de cônegos – neste casa da vizinha Colegiada de Santa Maria da Oliveira – ver FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Uma rua de Elite...* A rua vimarenense, porém, apresenta sensíveis diferenças em relação ao Redemoinho; a propriedade do Cabido nunca alcançou aí o elevadíssimo grau de concentração que se verificou no Porto, e o seu carácter não seria o de um lugar, mas de um caminho entre lugares, com uma componente de tráfico e comercial muito importante.



rua do Redemoinho, onde são frequentes as referências feitas na documentação às casas arruinadas e às dificuldades que os proprietários tinham em arrendá-las, dada a sua localização¹². Mas, paradoxalmente, e uma vez que o isolamento libertou a zona de pressões urbanas, ele permitiu que aí se tivessem construído algumas das tipologias habitacionais mais «nobres» e originais da cidade, utilizando esse termo no sentido estético e material que a palavra terá na Idade Moderna. A rua do Redemoinho acrescenta, assim, mais uma idiossincrasia às várias que já enunciamos: tornou-se, na zona mais central da cidade, o seu primeiro subúrbio residencial de elite. Essa funcionalidade, porém, foi resultante de um longo procedimento que, iniciado apenas no século XIII, apenas se viria a concluir em Quinhentos.

As origens da rua: o claustro velho e a *domus*

O traçado da rua do Redemoinho está associado à implantação da Sé pré-românica. Quando o bispo D. Pedro Pitões arengou em 1147 aos cruzados que, a caminho de Lisboa, arribaram ao Porto, fê-lo, dada a exiguidade da sua Igreja, no cemitério-adro que lhe ficava em frente. Esse templo, provavelmente edificado no século XI, ocuparia parte da antiga casa do capítulo, actual sacristia¹³. Afastado, como era frequente nas cidades episcopais que sucederam a centros urbanos romanos, da zona central do recinto amuralhado, erguia-se a sul da actual capela-mor

¹² Por exemplo: «...Estão muito daneficadas e haruinhas velhas e muito pera cair porque se logo lhe não acudirem se hirão ao chão pera serem repairadas hão mester muito...» (ADP, *Cabido*, nº 536, *Livro 11 de Prazos*, 1592, Julho 1, fls. 140-145vº); «...Como a rua em que a dita casa e enxido estão hê de pouca vizinhança e como por o prazo velho havia ainda duas vidas...», (ADP, *Cabido*, nº 518, *Livro Sine numero. Prazos da nota de Simão Ribeiro*, 1551, Setembro 2, fls. 13vº-16).

¹³ Cf. REAL, Manuel Luís – “A construção Medieval no sítio da Sé”. *Monumentos*. Lisboa: DGEMN, (Março) 2001, nº14, p. 10. O padre Luís de Sousa Couto, em documento transcrito por Sousa Reis referente à demolição, em 1855, do Arco de Vandoma, refere que essa primeira Sé teria sido iniciada pela rainha D. Teresa, mulher do conde D. Henrique, e concluída pela sua nora D. Mafalda: Mais importante, contudo é a afirmação seguinte: “Dessa primeira Igreja se emcontraõ os vestigios no claustro velho ao lado da Capella de S. Thiago, em cuja parede de primeira edificação ainda há pouco se via a cruz de sagração; com essa edificação sofreu o Castello algumas alterações, e depois da nova Cathedral, a actual, tudo mudou de face, sendo como era a entrada para a Sé pela porta principal para o lado da rua, que hoje se chama de Traz da Sé” (Cf. REIS, Henrique Duarte e Sousa – *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*, vol.1, Porto, BPMP, 1984, p. 90). Ver ainda AFONSO, José Ferrão – «Entre a continuidade e a reforma. Algumas considerações sobre a Sé do Porto no século XVI», *Museu*, 2006 (no prelo).

da catedral e era canonicamente orientado na direcção nascente-poente¹⁴; à sua frente, sensivelmente no local ocupado pelo actual claustro gótico e ainda a sul e a norte, abrir-se-ia o adro-cemitério atrás mencionado. Deve ter sido também nesse adro que, com D. Sancho I, se viria a localizar a primeira feira do Porto, *ante Sancta Maria*. Para sul do templo situava-se o espaço fechado de um *claustrum*. Hoje chama-se a esse espaço «claustro velho»; em 1360 já tinha a mesma designação, «crasta velha», mas no início do século XVI seria o «claustro novo» para, posteriormente, retomar a nome anterior¹⁵. Essa cronologia indica transformações que ocorreram em Quatrocentos¹⁶, mas a menção, em 1360, de uma «crasta velha», supõe a existência de uma «nova». Sendo assim, nessa época já se construiria o chamado claustro gótico¹⁷. Aliás, só se percebe a implantação da capela de S. João (1333) e da casa do capítulo (referida em 1331), depois sacristia, em relação com essa estrutura¹⁸.

O cemitério era, antes do mais, um espaço público¹⁹, portanto um lugar da palavra na tradição clássica. Uma série de referências confirmam essa ascendência: «...junto com o arco primeiro, da par do luguar hu esta o pregador...»; ainda «...e jaz na crasta velha a par da capella do ferro que esta por onde vão ao pregadoiro...»; ou «...aa crasta velha ante o pulpito onde pregam...»²⁰. Adro, cemitério, também «pregadoiro». Foi aí, sem dúvida, que o bispo Pitões se dirigiu aos cruzados e será a par-

¹⁴ Investigações arqueológicas recentes efectuadas na área a sul da capela-mor da Sé revelaram um muro com a orientação canónica, que pode ter pertencido à ermida primitiva (DORDIO, Paulo – «Projecto de estudo histórico e arqueológico da Sé do Porto – O cemitério», *Património estudos*, Ministério da Cultura/ IPPAR, n.º 8 – 2005, p. 29).

¹⁵ Respectivamente ADP, *Cabido* n.º 1666, *Livro VIII de Originais*, ano de 1360, fls. 20; *Idem*, n.º 512, *Livro 1.º*..., 1502 (?) Abril 14, fls. 575-576v.º e *idem*, *Fundo Notarial*, Po1, 3.ª Série, *Livro 7*, 1552, Setembro 16, fls. 51-53.v.º. Sobre o claustro velho, ver também BASTO, Artur de Magalhães, *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*, 2.ª edição. Porto: SCMP, 1997, vol. 1, p.181-201.

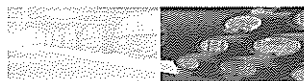
¹⁶ REAL, Manuel – «A construção...», p.14; DORDIO, Paulo – «Projecto...», p.30.

¹⁷ REAL, Manuel – «A construção...», p.14.

¹⁸ Em 1316 indica-se que uma casa da rua do Redemoinho se situava «trala obra» (ADP, *Cabido*, n.º 1689, *Livro XXVIII de Originais*, 1316, Março 18, fls. 6). Mais tarde, em 1382, outra habitação, que confrontava com o «adro da See», localizava-se, do mesmo modo, «tras a obra» (ADP, *Cabido*, n.º 1666, *Livro VIII de Originais*, 1382, Março 7, fls. 24). Tudo indica, portanto, que a manutenção do topónimo, que antes se relacionava com a obra da igreja, passasse então a associar-se ao estaleiro do novo claustro.

¹⁹ Sobre o carácter público desse adro cemitério, que se situava não apenas a nascente da Sé, mas também a norte e poente ver: OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Azeredo Pinto – *Cidade...*, pp. 168 e segs. e DORDIO, Paulo – «Projecto...», pp. 26-35.

²⁰ Respectivamente: ADP, *Cabido*, 1574, *Datário*, Fevereiro 22, fls. 14 v.º; *idem*, Março 24, fls. 22; *idem*, Abril 25, fls. 30. Publicado por BASTO, Artur de Magalhães – *História...*, vol. 1, p.182-183.



tir da área sagrada originalmente demarcada em torno da igreja que se irão fragmentar e, simultaneamente, formatar as diversas capacidades da praça medieval. Daí o se ter designado esse local «adro publico»: é também muito possível que aí se tivesse situado o primeiro pelourinho da cidade²¹.

Será, desse modo, possível traçar um paralelo, embora tendo em conta o necessário desfasamento temporal, com o processo formativo das praças públicas nas cidades medievais italianas. Elas agregaram-se em torno do *olmo*, sob o qual decidia o juiz. Ele é o equivalente do pelourinho e associa-se, em cidades episcopais, com a tribuna do *arengo*.²² No Porto, porém, a construção da nova catedral provocaria um lento trabalho de reordenamento e recomposição dos espaços que tinham sido adjacentes à antiga. Se no século XIV o local do *arengo* ainda se relacionava com o anterior templo, em Quinhentos estará já decididamente dependente do novo, frente à Sé e junto ao auditório eclesiástico²³. No mesmo século, a *casa da obra* terá desempenhado função semelhante à sua antecessora medieval – a *obra* – apoiando os constantes trabalhos de conservação e remodelação da catedral. Ela, porém, localizar-se-á também a nascente da Sé, junto ao auditório, em edifício próprio²⁴. A feira, que possivelmente se fundou frente à igreja pré-românica, viajará,

²¹ Respectivamente: ADP, *Cabido*, nº 1574, *Datário*, Janeiro 22, fls. 6vº; e *idem*, Junho 24, fls. 45: «...hão de hir sobre seu moimento que esta a par da casa da obra a par do pelourinho». Este registo pode datar ainda do século XIV mas não é certo que a casa da obra mencionada estivesse então nesse local; no século XV, depois da construção da nova torre da Câmara, o pelourinho será deslocado para a rua Escura, frente às escadas que subiam para a Sé e junto da entrada do paço do Concelho. Mais tarde, em 1520, o Concelho erguerá um novo pelourinho na Ribeira e as escadas surgem depois com a designação de «escadas do pelourinho velho». Um outro pelourinho, contudo, existirá no largo frente ao alpendre de S. João (Cf. AFONSO, José Ferrão – *A Rua das Flores no século XVI. Elementos para a história urbana do Porto quinhentista*, Porto: FAUP, 2000, pp.32 e 72).

²² HEERS, Jacques – «En Italie Centrale: Les paysages construits», in Jean-Claude Maire Vigueur (éd.) – *D'une ville à l'autre: structures matérielles et organisation de l'espace dans les villes européennes (XII-XVI siècle)*. Actes du colloque organisé para L'École française de Rome avec le concours de l'Université de Rome (Rome, 1-4 Décembre 1986). Rome: École Française de Rome, 1989, p.298. Talvez seja ao original latino que se refere o termo medieval *aurego*, também mencionado no Porto e relacionado com o local de pregação: «segundo esteio de contra o aurego em direito da capela da Madalena na crasta velha» (ADP, *Cabido*, 1574, *Datário*, Outubro 21, fls. 75).

²³ Ver BASTO, Artur de Magalhães – *A Sé do Porto. Novos dados documentais relativos à sua igreja*. Porto: Edições Marânus, 1946, p.6 e AFONSO, José Ferrão – «Entre a continuidade...».

²⁴ O auditório situava-se frente à Sé, na embocadura da rua das Tendas e do lado do paço episcopal. A casa da obra ficava junto a ele, sendo separados por um «repartimento» (ADP, *Mitra*, K/15/6/28, *Livro X da Fabrica da Sé*, Despesas 1555-1556, 1556, Junho 5,s/n fls.). Uma vedoria seiscentista diz que se situava nas traseiras de uma casa da margem sul da rua das Tendas, portanto entre esse edifício, o auditório eclesiástico a nascente e a designada rua do Faval, paralela à rua das Tendas, a sul (ADP, *Cabido*, K/26/2/4, cx 59, *Vedorias*, 1609, Maio 19, fls. 324).

do mesmo modo, para o espaço adjacente ao frontispício da nova. Este processo será acompanhado por uma afirmação da arquitectura e uma diversificação das suas tipologias, que acontece paralelamente à crescente concentração e burocratização dos poderes.

A área da rua do Redemoinho, porém, foi habitada em época muito anterior ao *claustrum*; a pesquisa arqueológica efectuada na casa em que se situa hoje a Ordem dos Arquitectos (nº 5 da actual rua de D. Hugo) revelou uma ocupação sucessiva entre a época de Tibério Cláudio (14-54) e a de Trajano (98-120) e uma muralha do século III ou do início do seguinte²⁵. A esse muro terá sucedido, aproximadamente com o mesmo percurso, a «cerca velha», ou «muro velho», de que ainda hoje é visível um pequeno troço a nascente da antiga porta de Vandoma. A porta e a muralha serão muito importantes para a definição da rua medieval; a primitiva Sé e a sua organização administrativa também.

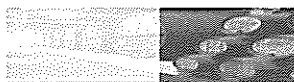
Na verdade, a Sé pré-românica de D. Pedro Pitões com o seu *claustrum* situado a sul da igreja, segundo um modelo comum no sul de França, teria sido o local da vida em comunidade, provavelmente debaixo da Regra de Santo Agostinho, do prelado portuense e do seu Cabido²⁶. Naturalmente os membros deste último não possuíam então propriedades próprias, incluindo as habitações. Segundo Basílio de Vasconcelos, teria sido mesmo construído um «mosteiro» para eles, junto da catedral²⁷. Esse «mosteiro» seria o *claustrum* ou *claustra* que antecedeu o «claustro velho», palavras que não designavam exactamente o modelo de quadra que hoje conhecemos, com a sua planta quadrada, naves e colunatas, mas o local onde residiam os cônegos, os edifícios que aí se encontravam e a cerca que o rodeava²⁸. Só nos finais do século XII, com o bispo D. Martinho Pires (1186-1189), se estabeleceu a divisão das propriedades da Igreja do Porto entre a Mitra e o Cabido, passando este a desfrutar do terço das rendas episcopais; com o abandono da regra comunitária, os seus membros passaram a habitar em casa própria fora dos limites do espaço claustral. Simultaneamente, puderam adquirir património. O sucessor de

²⁵ REAL, Manuel Luís; TÁVORA, Maria José; OSÓRIO, Maria Isabel Pinto e TEIXEIRA, Filipe Fernando – «Escavações arqueológicas no morro da Sé», *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª série, vol. 3/4, 1985-1986, pp. 28-29.

²⁶ As regras que regiam a vida em comunidade dos clérigos que formavam os Cabidos foram pela primeira vez criadas, na época carolíngia, durante o reinado de Luís o Pio. Ver PICARD, Jean Charles – «Les origines des quartiers canoniaux», Picard, Jean Charles (dir.) – *Les chanoines dans la ville. Recherches sur la topographie des quartiers canoniaux en France*, Paris: De Bocard, 1994, p. 16.

²⁷ Ver prefácio de ALMEIDA, José Gaspar de, *Inventário...*, p. I. Esta obra foi, sobretudo no que se refere à documentação medieval do Cabido, essencial para a realização deste estudo.

²⁸ PICARD, Jean Charles, – «Les origines...», p. 18.



D. Martinho Pires, D. Martinho Rodrigues, compeliu os cônegos a regressar à vida comunitária, mas esse retorno foi de pouca dura. Como diz Armindo de Sousa, no início do século XIII o espírito comunitário tinha-se esvanecido. O Cabido tornou-se uma elite rica, culta e politicamente influente²⁹. Terá sido então que surgiram, na rua do Redemoinho, as primeiras habitações de cônegos. Para o conjunto de habitações da margem poente da rua, ou adro Detrás da Sé, a data mais antiga fornecida pela documentação eclesiástica é 1236³⁰. Para as restantes casas da rua do Redemoinho a data inicial é 1217; logo em 1221 é referida outra habitação situada na margem nascente da rua e com as traseiras voltadas para a muralha³¹.

As datas atrás referidas para a mudança de estatuto do Cabido coadunam-se com essa cronologia. É de notar que estas importantes transformações ocorrem paralelamente à edificação da nova Sé, que iria profundamente alterar o desenho urbano da área circuitada pelo «muro velho». Pouco a pouco, a rua tenderá para se tornar quase exclusivamente residencial, carácter que estará já firmemente estabelecido no século XVI. Mas valerá a pena insistir que essa particularidade se foi sedimentando ao longo dos finais da Idade Média. As primeiras residências de cônegos partilharão a rua com outras tipologias, ainda muito provavelmente associados à antiga vida em comum, como a *domus cuidam mulieris nunc pequena* ou *casam mulieris nunc pequena*,³² provavelmente destinado ao recolhimento de mulheres que, no século XIII, existia no adro da Sé. O facto de se afirmar que era então *nunc pequena*, «agora pequena», significa que já tivera, algures em época anterior, maior importância. Em França, onde alguns capítulos viriam a optar, como no Porto, pela Regra dos Cônegos de Santo Agostinho, certas comunidades femininas seguiram-lhes o exemplo; daí a origem dos Cabidos de Cónegas que aparecem no leste gaulês³³.

D. Hugo, provável autor de uma revolução urbanística no Porto, era de origem francesa e, no Castelo, existiu a rua Francígena, posteriormente Francisca. Poderemos encontrar aí a origem da *domus*? José Mattoso não alude a nenhum

²⁹ SOUSA, Armindo de – «Tempos Medievais», in *História do Porto*, com dir. de Luís A. de Oliveira Ramos. Porto: Porto Editora, 1995, p. 223.

³⁰ ADP, *Cabido* n.º 10 *Relação exacta e individual, dos bens e títulos da sua aquisição que tem o Ilustríssimo e Reverendíssimo Cabido da Santa Igreja Cathedral desta cidade e Bispado do Porto*, fls. 84vº-85.

³¹ ADP, *Cabido*, 1574, *Datário*, fls. 6vº, 21 de Janeiro. ADP, *Cabido*, n.º 1666, *Livro VIII de Originais*, Setembro de 1221, fls. 18.

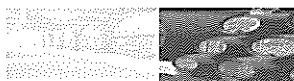
³² Respectivamente: ADP, *Cabido*, n.º 1666, *Livro VIII de Originais*, Abril de 1252, fls. 28 e *Idem*, Abril 1247, fls. 29. Esta última é referida por OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Pinto – *Cidade...*, p. 141.

³³ PICARD, Jean Charles, «Les origines...», p. 20.

mosteiro feminino no Porto para essa época, embora refira a vitalidade do movimento monástico de mulheres na diocese no século XII e a sua adopção da regra de S. Bento. Também indica que o primeiro estabelecimento de Cónegas em Portugal ocorreu em Chelas em Lisboa; já existia em 1192³⁴. Mas Magalhães Basto, citando Viterbo que, por sua vez, se baseia em Frei Bernardo da Encarnação, afirma ser certa a existência de um convento de Cónegas Regrantes no Porto desde o episcopado do bispo D. Pedro Rabaldis, c. 1139. Ele, porém, situar-se-ia não na cidade mas do outro lado do rio, junto da ermida de S. Nicolau em Quebrantões, no mesmo local onde se fundará, quatros séculos mais tarde, o mosteiro da Serra do Pilar. Em 1300 o *Censual do Cabido* portuense regista uma doação feita pelo bispo D. Sancho Pires às *mulieribus inclusis de Portu*³⁵. Será possível que se tratasse ainda do recolhimento da rua do Redemoinho?

³⁴ José Mattoso não refere nenhum mosteiro feminino na cidade do Porto, embora indique que na diocese portuense os primeiros estabelecimentos religiosos de mulheres se estabeleceram em antigas abadias duplas, casos de Vairão e Rio Tinto. Rio Tinto era governado por uma devota em 1140 e estava já habitada por mulheres em 1162. Vairão foi dirigido por uma abadessa pelo menos desde 1126 e seria habitado por *fratres e sorores* até 1214. Estes dois mosteiros observariam nos finais do século a regra de S. Bento, que o historiador afirma terem adoptado quando se associaram ao movimento feminino ou mesmo mais cedo, por volta de 1108-1115. Prossegue afirmando que esse movimento seria muito vigoroso até aos finais do século XII, referindo outros exemplos de instituições femininas nos arredores do Porto: Sandim, Tuías, Bouças, Rio Tinto e Jazente. Todos eles adoptaram a regra beneditina, apesar da decadência dos mosteiros masculinos contemporâneos e o sucesso de Cónegos e Cistercienses. Os estabelecimentos femininos destas duas ordens, porém, não apareceriam em Portugal antes dos finais do século XII ou início do seguinte. Cita depois J. Pinto Ribeiro (RIBEIRO, J.P. – *Dissertações*, III, I 611), segundo o qual que o primeiro convento de Cónegas tenha sido o de Chelas, em Lisboa, que existia já em 1192 (MATTOSO, José – *Le Monachisme ibérique et Cluny. Les monastères de la diocèse de Porto de l'an mil à 1200*. Luvain : Université de Luvain, 1968, pp. 132-133).

³⁵ No mesmo testamento (*Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1918, p. 430) o prelado deixou ainda uma doação para as *Domnabus santi Nicholay*. Segundo Magalhães Basto, uma nota no original do *Censual*, em que se lê «Donas de Sam Nicollao», escrita à margem das duas doações referidas atrás, teria levado alguns historiadores da cidade, começando com D. Rodrigo da Cunha, prossequindo com Frei Nicolau de Santa Maria e Pereira de Novais e depois com Sousa Reis e Firmino Pereira a erradamente identificarem estas últimas com as *Mulieribus inclusis*. As Donas de S. Nicolau são ainda referidas noutros documentos do *Censual* (pp. 405, 414, 420 e 436). Magalhães Basto refere ainda como Arnaldo Gama as identificou com as célebres reclusas que localizou, no romance *As emparedadas de São Nicolau*, na confraria de Nossa Senhora da Silva, na actual rua dos Caldeireiros. Gama baseou-se em Viterbo, que no seu *Elucidário*, vb. *Emparedadas*, afirma terem existido no Porto um grande número dessas mulheres, que voluntariamente se deixavam encerrar perpetuamente em minúscula celas, apenas comunicando com o exterior através de uma estreita fresta por onde entravam o pão e água.



Outras duas tipologias habitualmente associadas às sés e capítulos são a escola e o hospital. Este último, irá a partir dos finais do século XII, em França e noutros países da Europa, autonomizar-se em relação aos Cabidos.³⁶ No Porto apenas se conhece uma referência em 1411, portanto já em época muito tardia, à existência de uma albergaria na rua do Redemoinho. Estava então arruinada, sem recursos e a necessitar de reparações, dependendo do Concelho; depois dessa data não deixaria mais rasto na documentação³⁷. A escola da catedral também não deixou vestígios; quando da reforma do bispo D. Martinho Pires foi criada a dignidade de mestre-escola; a primeira referência que encontramos sobre a localização de uma escola associada à Sé do Porto é, porém, já no século XVI. Trata-se de uma Escola de Gramática, instalada depois de 1538 pelo bispo D. Frei Marcos de Lisboa numa casa do Cabido situada junto ao postigo das Mentiras. O pagamento ao mestre estava também a cargo do Concelho³⁸.

O Muro Velho

O desenho da rua relacionou-se intimamente com a muralha românica e as suas duas portas: a de Vandoma, a norte e o postigo das Mentiras, a SE. Este dava

Magalhães Basto, porém, não concorda com essa localização para as emparedadas portuenses, apontando como local onde se concentravam a rua de S. Nicolau junto da ermida do mesmo nome, que já existia desde o século XI (Cf. BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de Antiguidades da mui nobre cidade do Porto*, Porto: Livraria Progredior, pp. 147 e segs). Sobre as emparedadas ver também CRUZ, António – «Os bispos senhores da cidade: II – De D. Pedro Salvadores a D. Vasco Martins», *História da Cidade do Porto*, com direcção de Damião Peres. Porto: Portucalense Editora, 1962, vol. I, p. 217 e ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja...*, Tomo I, p. 307.

³⁶ Cf. ERLANDE-BRANDENBURG, Alain – *La catedral*. Torrejón de Ardoz : Ediciones Akal, 1993, pp 287 e segs.

³⁷ «Vereações. Anos de 1401-1449, com nota prévia de J.A. Pinto Ferreira. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto/Gabinete de História da Cidade, 1980, p. 33: «...acordarom que por quanto a albergaria do Remoyno/ de Joham Lourenço sete varas he provedor que esta/em ponto para caer que lhe dem da albergaria /de sancto spiritus de que andre stevez he provedor mil libras pera ajuda de see correger...». Referido por OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Azeredo Pinto – *Cidade...*, p. 177. Segundo a autora, a existência da albergaria poderia estar relacionada com o grande número de clérigos sem posses suficientes para sustentar uma casa; aponta ainda a possibilidade de que ela pudesse corresponder à albergaria de clérigos existente na Cividade, apesar de ser clara a ligação do antigo espaço ao Concelho.

³⁸ ADP, *Cabido*, nº 1676, *Livro X de Originaes*, 1538, Maio 6, fls 52-54. O mestre de Gramática era o flamengo Vicente do Prado, a quem a Câmara pagava, desde 1537, um ordenado de 4000 reis. Sobre esta escola e Vicente do Prado ver BASTO, Artur de Magalhães – *Os portuenses no Renascimento*. Gaia: Pátria, 1931, p. 19.

acesso ao sopé ribeirinho da colina da Penaventosa, na Mancebia e Lada; de facto, no século XII, a rua seria possivelmente uma via em que as componentes de circulação e económica seriam mais importantes do que posteriormente, quando, a partir do início do século seguinte, o elemento residencial se foi impondo. A muralha exigia um espaço livre de edifícios, quer no seu interior quer no exterior. Esses caminhos de ronda seriam rapidamente invadidos pela construção e, nalguns locais, compromissos tiveram que ser alcançados entre as autoridades e os construtores. Não obstante, nas confrontações da casa referida no mencionado documento de 1221 não é já feita menção ao caminho de ronda ...*qui iste sunt divisionis ilius domus contra orientem murus civitatis contra occidentem via publica....*³⁹. Ele, porém, manteve-se em algumas zonas da rua até ao século XVI⁴⁰.

Curiosamente, essas vias que corriam ao longo da face interna das cercas seriam, de início, as menos desejadas e habitualmente menos edificadas das povoações. Mas acabariam por atrair os mais ricos e poderosos que, nesses espaços, poderiam não apenas construir casas de maiores dimensões como alargar os seus quintais, sobretudo a partir do momento em que as muralhas se tornaram obsoletas. Foi isso que ocorreu, ao longo da Baixa Idade Média, na rua do Redemoinho. O desaparecimento do caminho de ronda está associado à perda de importância da muralha românica na defesa da cidade. Simultaneamente, ela deixou de marcar uma fronteira urbana muito nítida, para passar apenas a servir de limite de propriedades privadas. A sua designação também mudou e o «muro da cidade» tornou-se «muro velho» ou «cerca velha», como se refere em numerosos documentos relativos ao empraçamento de propriedades na rua⁴¹. Noutro empraçamento, já do século XVI, é o quintal, ou enxido da casa, que entesta no muro⁴². Esses enxidos na traseira das habitações, contíguos à muralha, podem ter ocupado o espaço do antigo caminho.

A muralha, nos finais da Idade Média e segundo a informação documental disponível, parece já não existir em alguns troços, por exemplo a norte e junto à porta de Vandoma⁴³. Noutro local, a propriedade no interior do muro alongou-se para além do limite que ele deveria definir⁴⁴. Os espaços exteriores e interiores

³⁹ ADP, *Cabido*, nº 1666, *Livro VIII de Originaís*, Setembro 1221, fls. 18.

⁴⁰ Sobre a cerca velha ver OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Azeredo Pinto – *Cidade...*, pp. 75-82. Mais especificamente sobre o caminho de ronda ver *idem, ibidem*, pp. 79-80.

⁴¹ ADP, *Cabido*, nº 512, «*Livro 1º...*», 1473, Março 8, fls. 45vº-46vº.

⁴² ADP, *Cabido*, nº 521, *Livro 2 de Prazos*, 1547, Julho 6, fls. 16-20.

⁴³ ADP, *Cabido*, nº 512, *Livro 1º...*, 1473, Julho 24, fls. 54vº-55vº.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, 1489, Maio 29, fls. 207vº-209vº.



contíguos à muralha, em que anteriormente estava vedada a construção, permitiram a extensão dos quintais e o muro serviu também para a colocação de varandas⁴⁵. Noutro caso ainda, suportará as instalações sanitárias na casa propriedade do cônego Aleixo Alão⁴⁶.

Uma situação de igual modo interessante é assinalada por uma outra referência ao muro. Num emprazamento, uma habitação situada junto à porta de Vandoma, para além do foro devido ao Cabido tinha que pagar dez réis brancos ao bispo «...Por a saída que vai sobre o muro...»⁴⁷. Contrariamente, portanto, à muralha fernandina, cuja propriedade era do Concelho, a quem competiam os respectivos cuidados de conservação, o muro velho era propriedade episcopal⁴⁸. Este porém, não parece ter tido grandes preocupações com a sua manutenção, que foi cometida a particulares⁴⁹. A cerca também era atravessada por um aqueduto que trazia a água para a Sé⁵⁰. No interior do muro, a conduta necessitou de um espaço de serventia entre as habitações: essa serventia, ou viela, revelada pela escavação arqueológica ocorrida na casa nº 5 da rua, é ainda hoje bem visível. A porta de Vandoma, assim designada por estar orientada para a fortaleza da Alta Idade Média de Vandoma, situada na estrada de Penafiel, abria-se numa torre, mencionada em diversos documentos e, no século XVI, situava-se aí, do lado exterior, a capela de Nossa Senhora das Neves. Nessa torre e em duas habitações a ela contíguas para poente foi também instalado, a partir de 1538, o «carcer», ou aljube episcopal⁵¹.

No outro extremo da rua, o postigo das Mentiras era provavelmente a mesma passagem que, ainda em 1411, se chamava porta do Portal⁵²; a primeira indicação que encontramos à palavra «Mentira» data de 1469; é então mencionada a «...Rua

⁴⁵ ADP, *Cabido* nº 513, *Notas do conego João Alvarez Banharia*, data ilegível (o documento anterior era do ano de 1527), fls. 123vº-124vº.

⁴⁶ ADP, *Cabido*, nº 519, *Livro 1 de Prazos*, 1539, Fevereiro 10, fls. 37-38.

⁴⁷ ADP, *Cabido*, nº 512, *Livro 1º...*, 1470, Julho 14, fls. 30-31.

⁴⁸ Ver «*Vereações*», *anos de 1390-1395*, com comentário e notas de A. de Magalhães Basto, Porto, CMP, s/d., p.250. Ver também *Corpus Codicum*, vol 2, p. 16. Os *Livros da Fábrica da Sé* anotam, por exemplo, despesas com a conservação do arco da porta de Vandoma: ADP, *Mitra*, K/15/6/32, *Livro VIII da Fábrica da Sé, Despesas, 1562-1563*, 1563, Janeiro 4, s/n fls.

⁴⁹ ADP, *Cabido*, nº 536, *Livro 11 de Prazos*, 1592, Julho 11, fls. 140-145vº.

⁵⁰ ADP, *Cabido*, nº 512, *Livro 1º...*, 1489, Maio 29, fls. 207vº-209vº. Ver ainda: Afonso, José Ferrão – *A rua ...*, p. 32.

⁵¹ Sobre a porta de Vandoma, e a muralha românica ver ainda AFONSO, José Ferrão – *A rua...*, p.144, nota 31 e «Às voltas com a cerca: a muralha românica do Porto e a imagem de Nossa Senhora de Vandoma», *O Tripeiro*, 7ª Série, ano XXIII, nº 10, Outubro 2004, p. 292-295. Sobre o cárcere ver adiante: «Praça de S. João».

⁵² «*Vereações*», *anos de 1401-1449...*, p. 407.

do Redemoinho que esta acerca do portal que esta sobre a Pedra da Mentira...»⁵³ Não existem referências a reparação do muro nos arquivos do Concelho; sintomaticamente, porém, faz-se menção, em 1604, a obras arrematadas pela Câmara no postigo, que previam a construção de degraus quer no exterior quer no interior do seu arco⁵⁴. É a via pública, não a muralha o local de actuação da Câmara. No ano seguinte, em 1604, a entrada é já designado «das Verdades». Existe, contudo, um documento de 1565 que alude ao «...Postiguo de Nossa Senhora que vai para a Ribeira...»⁵⁵.

A propriedade

Como se afirmou, a rua foi no século XVI local de residência de cônegos; ela coincide com a posse do domínio directo da grande maioria das suas habitações pelo Cabido⁵⁶; que aí tinha um total de 22 «moradas de casas», incluindo as situadas no interior da porta de Vandoma e no adro Detrás da Sé⁵⁷. Apenas foram encontradas referências a cinco habitações propriedade de outras instituições: uma do mosteiro de Vandoma, outra da Misericórdia, duas da Mitra e uma do convento de Corpus Christi⁵⁸. Essa ocupação supõe uma aquisição gradual, ocorrida a partir

⁵³ ADP, *Cabido*, nº 512, *Livro 1º...*, 1469, Novembro 29, fls. 50vº-51.

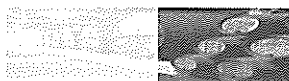
⁵⁴ AHMP, nº 2293, *Obras Publicas Arrematações*, 1603, Setembro 3, fls. 166.

⁵⁵ ADP, *Mitra*, nº 528, *Livro 5 de Prazos*, 1565, Fevereiro 22, fls. 144vº.

⁵⁶ Embora isso seja, em muitos casos, difícil de determinar, pois a documentação é muito mais explícita quanto às referências ao local de morada do que aos detentores dos empraçamentos.

⁵⁷ ADP, *Cabido*, nº 458, *Tombo das casas*, ano de 1663, fls. 3-26.

⁵⁸ ADP, *Cabido*, nº 512, *Livro 1º...*, 1489, Junho 10, fls. 210-211vº. Empraçamento de casas feito pelo Cabido, cujo quintal confrontava: «...E o dito emxido parte com cazas que soia trazer o dito João de Bairros cuja propiedade he do mosteiro da Bandoma...». Das duas casas que eram propriedade da Mitra, uma, situada junto ao postigo da Mentira, seria do Cabido até 1538, quando este a trocou com a Mitra para que aí se instalasse uma escola de Gramática. Na mesma ocasião, uma segunda casa, também propriedade do Cabido e situada junto ao chafariz da Sé foi trocada com a Mesa Episcopal (Ver notas 35 e 102). A casa – casa e dois portais – propriedade do convento de Corpus Christi seria doada às Dominicanas de Gaia por Afonso Eanes de Freitas em 1377 (ANTT, *Mosteiro de Corpus Christi de Vila Nova de Gaia*, m. 43, nº 20, referido por CASTRO, Júlia Isabel Coelho Campos Alves de – *O Mosteiro de S. Domingos de Donas de Vila Nova de Gaia (1345-1513)* Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: FLUP, 1993, Quadro Doações e Testamentos I, s/n pp.). O *Tombo* de 1513 do mesmo convento indica que ela se situava junto da Porta da Mentira (ADP, *Fundo Monástico*, nº 4947, *Convento de Corpus Christi*: «Tombo deste Mosteyro das Donas de Villa Nova de Gaya dos bens de rais que a elle pertenssem feito em o anno de MDXIII», fls. 20 vº. Referido por CASTRO, Júlia – *O mosteiro...*, p. 76).



do início do século XIII, de propriedades na rua pela Mesa Capitular. Através dos registos documentais existentes⁵⁹ poderemos ter uma ideia do ritmo e da forma como se processou essa transferência. A sua análise indica-nos que, sobretudo ao longo dos séculos XIII a XV, posteriormente ao abandono da vida comunitária, o Cabido adquiriu aí propriedades, através de doações, legados pios e compras. São também referidas algumas transacções entre dignidades capitulares. Já no século XIV surgem os primeiros emprazamentos feitos pelo Cabido a clérigos⁶⁰.

Para o século XIV é de notar a ausência de compras referidas na documentação. Todas as aquisições são feitas através de legados pios, de que ocorre um incremento, o que é natural, dada uma sedimentação da mutação dos comportamentos devocionais. Também é possível que a peste negra, de que pouco se sabe no Porto, tenha feito crescer o número de doações à Igreja⁶¹, sendo, do mesmo modo presumível que as leis de desamortização tenham tido esse efeito. Relacionada com essa alteração, surge também pela primeira vez a imposição de um censo sobre uma habitação, prática que posteriormente se multiplicará e não implica, em princípio, a transferência do domínio útil, bem como do directo, para o Cabido; a propriedade, contudo, ficava hipotecada ao pagamento de uma renda anual perpétua⁶².

⁵⁹ Apesar das suas lacunas; por exemplo muitas das habitações referidas no *Datário* não são identificáveis através da documentação posterior, sobretudo os vários *Tombos* dos séculos XVI, XVII e XVIII. Por essa razão e por se desconhecer a sua cronologia não se referem aqui os legados aí registados – exceptuando os casos em que eles são confirmados e precisados noutros códices. Ver os quadros do anexo relativos aos séculos XIII, XIV, XV e XVI.

⁶⁰ Prazo em três vidas de uma casa na rua do Redemoinho feito pelo chantre Rodrigo Anes ao abade João Pestana (ADP, *Cabido*, nº 1666, *Livro VIII de Originais*, 1332, Novembro 28, fls. 32).

⁶¹ O *Datário* quatrocentista refere-se por duas vezes à peste: uma, ao «ano da primeira pestilencia», outra à «pestilencia grande» (Respectivamente ADP, *Cabido*, nº 1574, *Datário*, 23 de Março, fls. 21vº; *idem, ibidem*, 4 de Abril, fls. 24 vº).

⁶² A primeira tentativa de uma lei contra a amortização dos bens pela Igreja data das Cortes de Coimbra de 1211. Proibiu que as igrejas e mosteiros adquirissem bens de raiz a título de compra, com excepção das aquisições para aniversários dos reis. A aquisição de bens por doações e legados pios continuava portanto a ser permitida. A lei, porém, não foi rigorosamente cumprida, pois a aquisição através da compra era rara. Em 1237 Sancho II renovou-a, acrescentando-lhe a proibição de os mosteiros e igrejas aceitarem doações, de vivos ou em testamento, de quaisquer bens de raiz. No ano seguinte, contudo, esta lei e anterior seriam revogadas pelo mesmo monarca. Seria D. Dinis a regular a amortização da propriedade: por lei de 1286 proibiu a clérigos e ordens a compra de bens de raiz; todos os que tivessem sido adquiridos por essa forma desde o início do seu reinado teriam que ser vendidos dentro de um ano. Por outra lei, de 1291, as ordens não poderiam suceder nos bens dos seus professores, e que estes os não pudessem vender, nem dar, nem alienar. Essas disposições demasiado rigorosas seriam, primeiro contornadas por concessões especiais,

No século XV a documentação respeitante às habitações da rua é, naturalmente, mais abundante, bem como as doações, legados pios e compras: estas últimas são sempre efectuadas com a necessária autorização real. Nesse século a documentação já não regista doações feitas por leigos ao Cabido que, contudo, perderá três propriedades sitas na rua para a Mitra, através de um escambo, para alargamento do jardim do paço episcopal⁶³. A entidade detentora do domínio directo da grande maioria das casas da rua será então já o Cabido; o seu domínio útil pertencerá então, na sua esmagadora maioria a eclesiásticos, seus familiares, funcionários e dependentes⁶⁴.

No século XVI a documentação só alude à instituição de obrigação de aniversários sobre duas habitações da rua que, aliás, já eram propriedade capitular. Este irá também ceder à Mitra uma habitação que se destinou à já referida escola de Gramática. Se a acumulação de várias habitações na rua pelo mesmo proprietário, sem qualquer desejo de as unir, existia já anteriormente – o mestre-escola Gonçalo Martins, por exemplo, doou em 1363 cinco casas ao Cabido –⁶⁵ o fenómeno mais sintomático de Quinhentos será a agregação, pelos rendeiros e com o consentimento dos cônegos, de mais de uma propriedade num único lote. O fim em vista

depois através da modificação definitiva do espírito da lei. Pela lei de 1291 a venda de bens para aniversários estaria dependente de licença régia (CF. ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja* ..., Tomo I, p. 230-234). As leis, porém, continuaram a ser iludidas, bem como a vontade dos monarcas em as implementar. D. João I teve o propósito de manter as prescrições antigas, pois confirmou a proibição, na concórdia de 1427, de os clérigos comprarem propriedades em nome da igreja ou seu próprio; para capelas e aniversários, porém, só poderiam ser deixadas em testamento a leigos. Já no século XVI, D. Manuel confirmará as leis anteriores (*Idem, ibidem*, Tomo II, pp. 73 e segs). Segundo Ana Maria Rodrigues, a multiplicação dos censos de natureza religiosa teria recebido um grande impulso das leis de desamortização. Com efeito, desde sempre houve quem, não podendo transmitir a uma instituição eclesiástica a propriedade integral de uma terra ou de uma casa, lhe legasse apenas uma parte do respectivo rendimento, a título perpétuo, como forma de sustentar actos de culto por sua alma. Tal situação tornou-se, porém, praticamente obrigatória a partir do momento em que D. João I estipulou que os bens vinculados a aniversários e capelas teriam de ser deixados a leigos, revertendo apenas os respectivos rendimentos, em parte ou no todo, para as igrejas e mosteiros encarregues desses officios pelo defunto. Nos finais da Idade Média, portanto, encontramos instituições em relação às quais a cedência de censos sobreleva a doação plena de bens (RODRIGUES, Ana Maria S.A. – «Património, direitos e rendimentos eclesiásticos», in Carlos de Moreira Azevedo (dir.) *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Temas e Debates, 2001, vol 1, pp. 265-266).

⁶³ ADP, *Cabido*, nº 512, *Livro 1º...*, 1474, Agosto 2, fls. 104-105.

⁶⁴ ADP, *Cabido*, nº 458, *Tombo das casas*, ano de 1663, fls. 3-26.

⁶⁵ ADP, *Cabido* nº 10, *Relação...*, fls. 87 v.º



era a construção de uma habitação de grandes dimensões, geralmente designada com o termo «casas grandes»⁶⁶. Outra forma diversa de agregação formalizou-se com a compra pela Mesa Capitular, ainda nos finais do século XV, de uma casa na rua, de um quintal ou enxido que lhe ficava nas traseiras, portanto para além da muralha, e que passou a integrar a sua propriedade⁶⁷. Em sentido inverso, também sucederá a desagregação de emprazamentos em dois contratos diferentes e o conseqüente aumento de receita; foi, por exemplo, o que sucedeu com o prazo de João de Barros, relativo a uma torre situada à entrada da rua⁶⁸.

Sucedem-se também na rua as beneficiações, através de obras efectuadas pelos rendeiros, de edifícios que posteriormente seriam aforados pelos cônegos por um valor muito superior ao praticado anteriormente aos melhoramentos. À guisa de recompensa pelos lucros assim obtidos, o Cabido obrigava-se a aniversários perpétuos pelas almas dos investidores⁶⁹. As reparações das habitações seriam um problema para o Cabido, visto que, dado o tipo de contratos em vigor, de três vidas, os rendeiros não faziam, segundo os cônegos, obras nas suas habitações. Esse tipo de contratos também não era suficiente cativante para seduzir novos rendeiros, pelo que a mesa capitular vai em 1547 conseguir de Roma um breve apostólico que lhe permitiu aforar as suas propriedades urbanas em fatoesim perpétuo. Essa mudança no regime dos contratos iria também possibilitar ao Cabido um aumento das rendas⁷⁰.

⁶⁶ Ver, por exemplo: ADP, *Cabido*, nº 512, *Livro 1º...*, 1498, Abril 30, fls. 472vº-474; ADP, *Cabido*, nº 458, *Tombo...*, fls. 8; ADP, *Cabido*, nº 10, *Relação...*, fls. 86 vº; ADP, *Cabido*, nº 458, *Tombo...*, fls. 15.

⁶⁷ Em 15 de Março de 1479 a Mesa Capitular comprou ao sapateiro Pêro Anes e sua mulher Maria Anes, com licença do rei D. Afonso V «...Hum enxido que he pegado a viella de Santa Clara entre os arcos da agoa desta Se e o aqueduto da que vai para o Collegio presentemente...». O enxido passou a ser quintal de uma das casas da rua (ADP, *Cabido*, nº 10, *Relação...*, fls. 86-86vº. Ver também ADP, *Cabido*, nº 1667, *Livro IX de Originaes*, 1479, Março 15, fls. 10).

⁶⁸ ADP, *Cabido*, nº 1574, *Datário*, Abril 29, fls. 31.

⁶⁹ Ver nota anterior.

⁷⁰ O breve apostólico e as vedorias efectuadas nas habitações que mudaram o regime contratual, de vidas para fatoesim, estão contidos num pequeno código: ADP, *Cabido*, nº 509, *Autos de Vedoria*; referido por AFONSO, José Ferrão – *A rua das Flores...*, p. 45. Desse código constam quatro vedorias efectuadas a casas na rua, que seriam logo aforadas em perpétuo (ADP, *Cabido* nº 509, *Vedorias*, 1548, Abril 20, fls. 13vº-14; *idem, ibidem*, 1547, Julho 3, fls. 5vº-6; *idem, ibidem*, 1547, Julho 3, fls. 6vº-7; *idem, ibidem*, 1548, Agosto 20, fls. 17vº-18). Depois de obtido o breve, o Cabido aforaria outras propriedades da rua em fatoesim: ADP, *Cabido*, nº 536, *Livro 11 de Prazos*, 1590, Junho 8, fls. 25-31vº; *idem*, 1592, Julho 1, fls. 140-145vº; *idem*, nº 534, *Cópia do Livro 9 de Prazos*, 1594, Julho 21, fls. 103vº-112; *idem*, nº 521, *Livro 2 de Prazos*, 1548, Maio 2, fls. 55-58vº; *idem*, nº 525, *Livro 4 de Prazos*, 1565, 22 de Janeiro, fls. 209-214. Ver também ADP, *Cabido*, nº 458, *Tombo das casas*, ano de 1663, fls. 3-26.

Todos estes processos configuram tentativas não só de conservação da propriedade na rua mas da sua máxima expansão e, também, da sua rentabilização. O lucro económico será, assim, no século XVI um objectivo da administração capitular. Mas não o único: em Quinhentos, o condicionamento do mercado provocado pela exclusão de outros titulares do domínio directo na rua tinha permitido uma concentração de propriedade na mesa capitular e, por conseguinte que elas fossem concedidas apenas a clérigos, seus dependentes e familiares. Os contratos perpétuos efectuados na rua a partir de 1548 não o foram com novos enfiteutas mas, sem excepção, com rendeiros que eram já detentores de empraçamentos anteriores da mesma propriedade. Desse modo, perpetuou-se um núcleo eclesiástico e fidelizaram-se relações sociais e topográficas. A propriedade é ainda o instrumento da territorialização do poder. Ela condicionará também, de forma determinante, a morfologia urbana⁷¹.

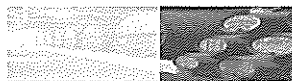
O cadastro e o plano

A propriedade é um direito, uma abstracção que nas cidades será formalizada através de um loteamento, processo complexo que requer sempre um poder forte associado a um elevado grau de racionalidade. Esse poder ultrapassa em muito a capacidade a vontade individual, ou seja o carácter «espontâneo» que frequentemente é associado ao urbanismo medieval⁷². De facto, toda a criação urbana é planeada⁷³ e entre os elementos constituintes do plano urbano, o cadastro será o mais estável, mantendo uma relação íntima com os outros dois, a rede viária e o

⁷¹ Sobre a propriedade, o mercado imobiliário e a topografia social, ver, por ex. KEENE, Derek – «The property market in english towns» in Jean-Claude Marie Vigueur : *D'une ville à l'autre: structures matérielles et organisation de l'espace dans les villes européennes (XIIIe-XVIIe siècle)*. Actes du colloque organisé par l'École Française de Rome (Rome 1^{er}-4 décembre 1986), Rome: École Française de Rome, 1989, pp. 224-225 ; DENECKE, Dietrich – *The social topography of preindustrial german towns in* DENECKE, Dietrich e SHAW, Gareth (eds.), *Urban Historical Geography. Recent Progress in Britain and Germany*. Cambridge/New York/New Rochelle/Melbourne/Sidney: Cambridge University Press, 1988, pp. 125-139. Sobre a territorialização ver ainda BAREL, Yves – *La ciudad medieval Sistema Social – Sistema Urbano*. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1981, pp. 65-66.

⁷² Ver, por exemplo: MARTÍN, Felix Benito – *La formación de la Ciudad medieval*, Valladolid: Universidad de Valladolid, 2000, p.129 e LILLEY, Keith D. – *Urban Life in the Middle Ages 1000-1450*, Basingtoke-New York: Palgrave, 2002 p. 153.

⁷³ Cf. SLATER, T.R. – «Metodos analíticos para el estudio del plano urbano: desarrollo de una tecnica», in WHITEHAND, J.W.R. ; SLATER, T.R. ; LARKHAM, P. J. – *Morfologia Y paisaje urbanos : la perspectiva geográfica británica*. Lleida: Department de Geografia y Història, Facultat de Lletres, Universitat de Lleida, 1989, p. 55.



edificado⁷⁴. Desse modo, para entendermos não só a arquitectura mas a rede viária com a qual ela mantém uma estreita relação, e que se organiza segundo unidades morfológicas diversas, teremos que, primeiro, estudar o cadastro. No Redemoinho, os dados existentes sobre dimensões de lotes – entendidos aqui como uma parcela ou conjunto de parcelas agregadas sobre a qual se ergueu um único edifício – são todos do século XVI. Uma característica imediatamente sobressai da sua análise: a metrologia dos lotes da rua quinhentista, oscilando entre as grandes extensões e algumas que, pelos padrões actuais, serão bastante reduzidas, indiciam a inexistência, quer de um padrão, quer de uma vontade geral de o criar. Quanto à sua morfologia, nas parcelas que compõem os lotes predominam as formas trapezoidais, por vezes quase triangulares e isso ficou a dever-se à curvatura da rua. Ressalve-se, contudo, que a agregação dos lotes não produz uma alteração ao plano original; é a unidade base económica, a parcela original que continua a ser tida em conta. As mudanças, neste caso, ocorrerão apenas no nível mais instável do plano, o da arquitectura.

Essas disparidades nas dimensões do loteamento resultam, em primeiro lugar, de várias situações já referidas em que a antiga parcela medieval foi agregada para formar um conjunto maior, no qual se edificou uma habitação. Será preciso também ter em atenção que, em alguns casos, os lotes de grandes dimensões incluíam os «enxidos», ou quintais. Estes, ao contrário da generalidade dos existentes na restante cidade, não se situavam apenas na zona posterior ao edifício de habitação, mas também ao seu lado e, num caso, do outro lado da via⁷⁵. A falta de espaço provocada pela muralha pode ter justificado essa situação.

A muralha seria ainda responsável em alguns casos por uma importante alteração – esta sim, de carácter estrutural – ao parcelamento inicial: o avanço da propriedade sobre o antigo caminho de ronda, ou seja a ocupação do espaço supostamente público por privados. Essa transferência de propriedade foi facilitada pelo facto de o senhorio da cidade, a quem portanto, pertenciam a muralha e o seu caminho de ronda, ter sido a Igreja. Numa época mais recuada e em tempo de ameaça de guerra esses direito e propriedade poderiam ser questionados; após a construção da nova cerca fernandina o muro velho e possíveis pretensões a ele seriam rápida e deliberadamente esquecidas quer pela Coroa quer pelo Concelho. Pode-se traçar o paralelo com outras zonas da cidade, em que mudanças semelhan-

⁷⁴ Cf. CONZEN, M.R.G. – «The use of town plans in the study of urban history», in H.J. Dyos (ed.) – *The study of urban history*. London: Edward Arnold, 1968, p.116.

⁷⁵ ADP, *Cabido*, nº 10, *Relação...*, fls. 87 vº.

tes ocorreram e a alteração foi da responsabilidade do Concelho, que tinha a seu cargo a muralha gótica e permitiu aos proprietários das habitações que a ela se fossem encostando, ocupando assim o antigo caminho de serventia⁷⁶.

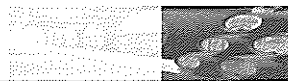
Desse modo, a rua do Redemoinho sofreu, juntamente com outras ruas da cidade situadas junto de muros, um processo de alteração estrutural ao seu plano original. Se no século XVI essa apropriação tinha paralelo com o ocorrido noutras zonas do Porto, o mesmo não se poderá dizer da agregação de parcelas em lotes de grandes dimensões. Este carácter de excepção será coroado pela formação na rua do Redemoinho de um lote, composto por três parcelas anteriores, que terá vinte e seis varas de frente por onze de profundidade⁷⁷. Trata-se de uma importante transformação de carácter económico, social, mas também cultural. Ela é denunciada por uma observação respeitante a uma habitação, sita não na rua do Redemoinho, mas nas proximidades, fora da Porta de Vandoma, que em 1547 é considerada «estreita» pelos vedores quinhentistas: «...Tem de comprido em vão dezassete varas de medir e de largo da banda da rua tres varas e mea e da banda detras huma vara e duas terças...»⁷⁸.

Se dividirmos as 26 varas pelas 3, 50 da frente do lote «estreito» – e que é a única medida a ocorrer por três vezes na rua quinhentista – obteremos o número de 7, 428. Descontando as inevitáveis irregularidades, esse grande lote poderia corresponder originalmente a oito parcelas com aproximadamente 3, 50 varas de frente. Se efectuarmos a mesma operação com os outros lotes, agregados, ou não, da rua, verificamos que as parcelas que medem entre as c. 3 e as c. 3, 5 varas de frente seriam as mais frequentes, o que pode corresponder às dimensões da divisão original. As divergências podem ter ficado a dever-se à existência de um factor compensatório de variabilidade, pois é quase certo que uma maior regularidade de frentes não existiu devido ao perfil curvo da rua. Este terá obrigado a que as parcelas se equilibrassem em área através de relações diversas entre as frentes e traseiras. Ou seja, como seria de esperar, um parcelamento bastante regular,

⁷⁶ Este processo ocorreu não só no interior mas também no exterior da cerca velha – são conhecidas as determinações da Coroa que ordenaram a destruição das casas junto ao muro, abaixo da porta de Vandoma (*Corpus Codicum*, II, p. 30) – e ainda na muralha dita fernandina. No século XVI, por exemplo, por ordem da abadessa Briolanja Ferraz seria ocupado o caminho de ronda existente entre o convento de Santa Clara e a muralha (ESPERANÇA, Frei Manuel da – *Historia Seráfica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal*, Lisboa: Oficina Craesbeekiana, 1656, vol I, p.580 . Nas ruas das Taipas e Detrás, isso teria ocorrido, em muito maior escala, na segunda metade do século XV.

⁷⁷ ADP, *Cabido* nº 458, *Tombo...*, fls. 15. Ver também anexo, casa Dossi.

⁷⁸ ADP, *Cabido*, nº 1669, *Livro VI de Originais*, 1547, Agosto 23, fls. 1.



que o terá sido ainda mais antes do avanço sobre o caminho de ronda e, por consequência, do desfazer da estabilidade entre as áreas das parcelas⁷⁹.

As casas do Redemoinho

É habitual na arquitectura europeia uma ambivalência nas habitações das elites da Era Moderna: se por um lado chamam a atenção pelas suas grandes dimensões, por outro fecham-se ao exterior e ao bulício da via pública. Na rua do Redemoinho quinhentista poderemos encontrar não só essas características mas uma estratigrafia do processo que as produziu desde os finais da Idade Média. Em primeiro lugar surgem ainda as casas-torre; a sua origem medieval é denunciada pela elevação, as ameias e a escassez de aberturas. Elas porém, serão no século XVI cada vez menos fortalezas e cada vez mais um sinal de *status*. Por essa razão, várias serão remodeladas no início do século, remodelação que por vezes inclui a agregação de propriedades vizinhas. Foi o que sucedeu, por exemplo, na torre actualmente situada no Beco dos Redemoinhos⁸⁰.

As torres agregadas em «casas grandes» correspondem a uma mudança fundamental nos modos de habitar da elite urbana portuense. Esse resultado, contudo, foi obtido de forma empírica, através da acumulação de edifícios preexistentes. Mas a possibilidade de união das parcelas induziria uma desusada capacidade de inovação: quanto maior for a dimensão da superfície edificável, mais serão as possibilidades de diversificação dos edifícios nelas erguidas. O isolamento da rua e, portanto a sua baixa cotação imobiliária, bem como a sua localização junto a uma muralha que, ao longo do tempo, se foi tornando diáfana, serão determinantes, como dissemos, para o dimensionamento dos lotes. Acrescentemos-lhe o factor cultural e o desejo de auto-representação do elevado estrato social que foi proprietário e habitante da rua. Teremos então explicadas as razões das inovações aí ocorridas e das grandes divergências que elas significam em relação ao tecido construído da restante cidade.

Tendo sempre em conta as duas características dominantes acima enunciadas; reserva e dimensões, saliente-se que, sendo propriedade quase exclusiva de cônegos e/ou clérigos, as casas da rua supunham uma hegemonia da função residen-

⁷⁹ Desse modo estaria explicada a disparidade entre os numerosos registos do *Datário* quinhentista e os dos *Tombos* existentes a partir do século XVI. Sobre esse processo de agregação de parcelas não possuímos qualquer registo documental.

⁸⁰ ADP, *Cabido*, nº 512, *Livro 1º...*, 1498, Abril 30, fls. 472vº-474. Ver Afonso, José Ferrão – *A rua das Flores...*, p. 74.

cial. Eram, portanto, bastante raras as lojas térreas abertas para a via, omnipresentes nas outras artérias portuenses e que eram sinal de uma intensa actividade comercial ou oficial. A ausência de lojas contribuiu para que as fachadas se tornassem mais opacas, acentuando o seu carácter de fronteira. Para lá desta, o exterior tornou-se interior e a rua foi substituída pelo pátio. Este, quando fechado, como parece ter ocorrido, será outro elemento de uma adequada discrição. Saliente-se que no resto da cidade os pátios eram quase inexistentes, já que no século XVI a construção em corpo único alongado era pouco menos que exclusiva. Será com o pátio que as casas da rua manterão o mesmo tipo de relação que a casa medieval tinha mantido com a via pública, multiplicando-se aí as varandas, corredores, alpendres, sacadas e escadas. Estes elementos arquitectónicos, quando se deslocam para a zona posterior das habitações da margem da rua que confrontava com o muro velho, estarão também associados a um outro sinal cultural de elitismo, o desfrutar da paisagem⁸¹.

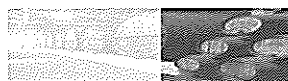
Na documentação são ainda descritos alguns interiores; aqueles cuja compartimentação é bastante sofisticada parecem querer confirmar a evolução geral da história da habitação que, a partir de espaços muito pouco diferenciados construirá, a partir dos finais da Idade Média, divisões altamente especializadas: cozinhas, câmaras, casas de moços, escritórios, necessárias, retretes, corredores, e dispensas aparecem, no século XVI, em várias casas da rua⁸². Dado a tipo de economia praticada pelos beneficiados, as acomodações para os produtos que constituíam as rendas agrícolas eram essenciais e, desse modo, surge uma habitação da rua que possuía um celeiro⁸³.

A mais espectacular das casas da rua quinhentista terá sido mandada construir por Cristóvão Dossi, filho do Dr. João de Lomano e casado com D. Maria Freire de Almeida. Entre 1569 e 1579, Cristóvão Dossi efectuou «muitas benfeitorias» na propriedade que comprara e que agregava três lotes. Não se sabe a sua origem, nem a do seu pai, o Dr. João de Lomano. É possível, porém, dados os seus apelidos, que fossem de ascendência italiana. Poderá esse facto explicar as dimensões enormes da casa, com vinte e seis varas de frente e onze de fundo? Só no século

⁸¹ ADP, *Fundo Notarial*, Po1, 3ª série, *Livro 80*, 1585, Novembro 27, fls. 147vº-149vº: «...detras entestava ha dita sacada e enxidinho com ho muro velho»; ADP, *Cabido*, nº 513, *Notas do conego João Alvarez Banharia*, data ilegível (o documento anterior é do ano de 1527), fls. 123vº-124vº: «...Hum inxidinho detras da dita casas que hentesta no muro que foi varanda da dita casa...».

⁸² Ver anexo: casa Bento Leite e casa Francisco Vieira.

⁸³ Ver anexo, casa Bento Leite.



XVIII o Porto verá habitações – muito poucas, aliás – com área aproximada⁸⁴. Nos meados de Quinhentos, a casa de Cristóvão Dossi talvez não fosse um palácio urbano «à italiana» no que se refere ao *decor* vitruviano e à compartimentação interior, mas sê-lo-ia, sem dúvida, se apenas pensarmos em termos de dimensões; onze dessas vinte e seis varas eram ocupados por um pátio central⁸⁵. A volumetria do corpo sul desse enorme edifício adivinha-se ainda hoje a sul da casa tardo-setecentista dos Freire de Andrade, que não é mais com uma reformulação tardia da quinhentista casa Dossi.

A norte dessa habitação situava-se um quintal: isolado da rua por um alto muro, ele existe ainda actualmente e pertencia, no século XVI, ao actual prédio nº 13. Este mostra na ala norte uma janela com molduração renascentista em cantaria, que se repete no envolvimento do portão central. No corpo sul as aberturas são mais modestas; a documentação relativa à casa sugere que, nessa ala, as transformações quinhentistas foram menos importantes ou não ocorreram de todo. As molduras da janela e do portão, sobretudo a primeira, são similares às que Francisco de Cremona desenhou para D. Miguel da Silva na sua residência junto à Matriz da Foz do Douro em meados do século XVI e a outras ainda hoje existentes num prédio da rua das Flores. O carácter dessa ornamentação adquire um significado quase heráldico, capaz de projectar para o espaço da rua o alto nível social e cultural do proprietário da casa⁸⁶. Esta criou-se a partir do agregado de dois lotes diversos, com o pátio entre eles. Neste caso, como no da vizinha casa Dossi, agitava-se já uma versão primeva do que seria a planta em “U” da casa nobre portuguesa; ela supõe um grande desenvolvimento horizontal e está nos antípodas da casa de corpo único, estreita e alta, que será, já no século XVI, a preferida pela elite burguesa portuense.

As casas do adro Detrás da Sé

O tipo «nobre» de habitação existente na rua do Redemoinho revestiu-se, no vizinho adro Detrás da Sé, de algumas particularidades. Em Quinhentos, o espaço

⁸⁴ Ver, sobre a casa nobre do Porto na Era Moderna: FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B – *A Casa nobre no Porto na época moderna*. Lisboa: INAPA, 2001.

⁸⁵ Ver anexo, casa Dossi e ADP, *Cabido*, nº 458, *Tombo...*, fls. 15.

⁸⁶ ADP, *Cabido*, nº 521, *Livro 2º de Prazos*, 1547, Julho 6, fls. 11-15; 16-20. Emprazamento em fatoseim ao cônego António Ferreira da actual casa, então composta por duas habitações com um pátio central e o jardim a sul. As obras de transformação tinham sido efectuadas por António Ferreira.

designar-se-ia também da Misericórdia, por esta confraria se ter instalado, entre 1502 e 1550, numa capela do claustro velho que para ele tinha uma porta com alpendre⁸⁷. Em redor desse largo situavam-se no século XVI oito «moradas de casas», todas foreiras ao Cabido⁸⁸. Esses imóveis tinham duas frentes; uma para o adro e outra para a rua do Redemoinho; os três situados mais a sul, incluindo o edifício que foi casa de despacho da Misericórdia e que limitava a norte o adro seriam, no século XVIII, demolidos para a construção da casa Domingos Barbosa, actual Museu Guerra Junqueiro⁸⁹.

Uma habitação sobre «colunas de pedra», o que supõe um alpendre, erguia-se à entrada do adro, junto do chafariz da Sé e frente à porta de Vandoma⁹⁰. Os alpendres são elementos de transição entre público e privado, sinais de uma arquitectura «aberta», o que contradiz o que atrás foi dito sobre as habitações do Redemoinho. Eles proliferaram nas cidades europeias nos finais da Idade Média e serão sobretudo associados às actividades cívicas e comerciais; a localização deste, no interior da porta de Vandoma e junto a um outro alpendre, o de S. João, deve estar relacionado com elas. Perto desta casa, no mesmo adro Detrás da Sé, existia ainda o século XVI uma casa com loja e, do mesmo modo, edificada sobre colunas de pedra⁹¹. No único edifício medieval ainda hoje existente na rua, a casa-torre, já referida, do actual beco dos Redemoinhos, é possível ainda verificar a existência, na fachada, de dois arcos abertos no piso térreo. Essas aberturas adequar-se-iam mais à torre de um mercador do que a uma reservada residência canónica⁹². Na verdade, o prédio pertenceu à família de um dos mais importantes mercadores

⁸⁷ A porta era gradeada e situava-se sob um alpendre (ADP, *Cabido*, 1574, *Datário*, 6 de Maio, fls. 32vº).

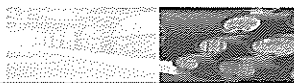
⁸⁸ ADP, *Cabido*, nº 458, *Tombo das casas*, ano de 1663, fls. 3 – 8; 19-20.

⁸⁹ *Idem*, *ibidem*, fls 3, 19 e 20; referido por BASTO, Artur de Magalhães – *Silva...*, p. 87-89. O adro prolongava-se para norte, ultrapassando a actual Casa Museu Guerra Junqueiro e uma calçada que corresponde a essa extensão existe ainda no jardim da casa (OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Azeredo Pinto – *Cidade...*, p. 141).

⁹⁰ Para além de colunas, a casa do chafariz da Sé, que estava já em obras no ano de 1565, mostrava «frontaes de esquadria»; o seu aparelho regular é ainda aparente para quem entra no actual Beco dos Redemoinhos. Ver anexo, casa Bento Leite.

⁹¹ ADP, *Cabido*, nº 534, *Cópia do Livro 9 de Prazos*, 1594, Julho 21, fls 103vº-112.

⁹² No Porto existe um outro exemplo de casa-torre do século XV com portais na Reboleira, que foi via de grande actividade comercial. A casa pertencia, no século XVI, aos Figueiroa (Cf.. AFONSO, José Ferrão e COELHO, Sofia Thenaisie – «As torres da Reboleira», in *Actas del I Congreso Ibérico de casas soalriengas*, Vigo y Ponte de Lima, 13 a 16 de noviembre de 2002. Vigo Associación Amigos de los Pazos, 2004, pp.261-272).



portuenses dos finais do século XV, João Martins Ferreira, depois de ter sido do seu pai, o caldeireiro Martim Lourenço⁹³.

Esta inesperada intrusão do bulício mercantil no remanso aristocrático da rua só à primeira vista poderá parecer inesperada. Os sinais de uma arquitectura diferente associam-se à especificidade de um espaço, que seria muito mais acentuada no início do período a que nos reportamos. Apesar disso, eles ainda perdurarão no século XVI, sobretudo nas proximidades do chafariz e do alpendre de S. João. Mas poderemos recordar em relação a todo o espaço do largo o que se disse sobre o adro da antiga Sé pré-românica. Como se salientou, aí existiu um cemitério, o que na Idade Média era sinónimo por excelência de lugar público e, acentuando esse aspecto, foi local de pregação; por aí deve ter passado um tráfego intenso quando das sucessivas campanhas de obras da Sé; em 1332 refere-se a existência de uma «rua publica do concelho»⁹⁴.

A particularidade do adro Detrás da Sé e também da rua da Porta de Vandoma, deve-se, em grande parte, ao facto de formarem uma praça, embora difusa, no interior daquela que foi, pelo menos até à construção da muralha gótica, a porta principal da cidade. Essa especificidade recorda-nos o papel fundamental das portas como canais para o tráfego e comércio de longa distância, aliando-se essas funcionalidades a uma longa tradição que enfatiza a sua natureza cerimonial como local de passagem das entradas oficiais. Aqui, este último aspecto verá os seus efeitos multiplicados por ser o local de passagem das inúmeras procissões que chegavam à Sé. No exterior da porta, no início da rua Escura, existiu uma outra habitação alpendrada; a intensificação das trocas, o diálogo entre público e privado, configurados em tipologias arquitectónicas próprias, estenderam-se também, frequentemente, às zonas exteriores das entradas principais. Mas, se esse espaço foi originalmente um local comercial, é muito provável que a contígua rua do Redemoinho também o tenha sido. De, facto em 1217, uma casa aí situada possuía uma loja, resultante de uma elucidativa transformação: «Item xx libras pella loja que foram camaras...»⁹⁵. Trata-se da mais antiga referência a uma habitação da rua e que vem confirmar, portanto, que o carácter exclusivamente residencial do Redemoinho quinhentista foi, posteriormente ao abandono do *claustrum* pelos cônegos, resultado de um processo de séculos.

⁹³ ADP, *Cabido*, nº 1666, *Livro VIII de Originais*, 1479, Julho 30, fls. 19.

⁹⁴ ADP, *Cabido*, nº 1666, *Livro VIII de Originais*, 1332, Novembro 28, fls. 32.

⁹⁵ ADP, *Cabido*, 1574, *Datário*, 21 de Janeiro, fls. 6vº, ano de 1217. A casa pertencia a um leigo, Soeiro Pais.

Uma rua regulada?

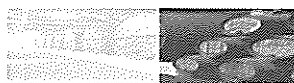
As formas muito peculiares de transferência que se estabeleceram no Redemoinho entre um grupo social, bem identificado com um pólo do poder urbano e a restante cidade, teriam uma incidência muito forte na morfologia da rua. A partir dos finais da Idade Média, uma das qualidades desejadas da via pública europeia seria o seu carácter rectilíneo, obtido através de uma separação cada vez mais exacta entre público e privado. Essa separação pressupõe uma linha de habitações formando paredes de fachadas contínuas e é o resultado de um tipo peculiar de actuação dos poderes. No caso de Portugal esse tipo de actuação intensifica-se, e sobretudo codifica-se, a partir do início do século XVI. A essa prática portuguesa chamaria Walter Rossa urbanismo regulado e as suas origens estariam na criação de *póvoas* na época dos reis D. Afonso III e D. Dinis. Esse tipo de urbanismo, embora não recorresse ao desenho, utilizá-lo-ia como conceito; segundo o que Rossa designa uma forma de pré-desenho. No reinado de D. Manuel o urbanismo regulado terá a sua maior expressão num conjunto de leis e regulamentos relativas aos arruamentos da cidade de Lisboa; aí se encontrariam as primeiras referências ao traçado *à corda*, ou *ao cordel*, relativo ao estabelecimento de regras relativamente ao avanço das fachadas, e ainda à uniformização dos materiais e da sua utilização, à largura de ruas e uniformização de lotes, ainda outras relativas a tópicos de higiene, saneamento, lixos e incêndios⁹⁶. No Porto temos registos de operações de regularização desde o século XIV; em Quinhentos, a rua das Flores com a sua disciplina de fachadas e materiais será um expoente desse processo⁹⁷.

Existe uma tendência para identificar o conceito de urbanismo regulado com o de planeamento, mas o primeiro, como resultado da aplicação de um dado poder na cidade, ou seja de uma prática urbanística, será apenas uma das formas assumidas pelo segundo. Para além disso, na cidade pré-industrial o poder está longe de ser unívoco e, inclusive quando em presença de um mesmo poder, as práticas urbanísticas poderão mudar conforme os seus objectivos. Assim, podemos afirmar que a rua do Redemoinho quinhentista é o resultado da prática de um poder específico com um objectivo particular que não coincidiria, neste caso, com o propósito geral de outro dos poderes em presença na cidade, o Concelho⁹⁸. Este tinha

⁹⁶ Cf. ROSSA, Walter – «O urbanismo regulado e as primeiras cidades coloniais portuguesas», in *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Almedina, 2002, pp.375-381

⁹⁷ Cf. AFONSO, José Ferrão – *A rua das Flores...*

⁹⁸ Ainda existirá um outro poder, a Coroa, a ter uma actividade de criação urbana muito importante no Porto. A ela se devem duas das mais espectaculares extensões da cidade medieval: a Judiaria



uma intenção, ou se quisermos um programa geral e «regulador» a longo prazo: definir um espaço de rua contido entre paredes e, na medida do possível, controlar todo o desenho dessas paredes, criando entre elas «corredores de movimento»⁹⁹. A rua do Redemoinho não foi, na verdade, um «corredor de movimento», mas também não era essa a vontade da elite eclesiástica que a foi produzindo ao longo de três séculos.

As referências documentais permite-nos imaginar, no século XVI, uma via em que o desfile quase pitoresco de torres, longas fachadas, quintais e pardieiros, rosários privados¹⁰⁰ e muros, bem como a promiscuidade entre cheios e vazios, altos e baixos, demonstravam pouca vontade de regularização formal do edificado e da via. Assim, a elite que habitou e construiu a rua não se preocupou com esta última, que fazia o seu caminho, há muito tempo, nas restantes vias do Porto. Os elementos arquitectónicos eram exibidos de forma individual e isenta, aparentemente indiferentes a uma estrutura geral subjacente. Esta, contudo, existiu: se a prática urbanística da elite eclesiástica se expressou de uma forma diversa da dos vereadores, se ela expôs, de forma auto-representativa e individualizada as suas preocupações estéticas, isso apenas sucedeu porque a rua foi uma área urbana que, como dissemos, estava liberta das pressões imobiliárias existentes nas outras zonas do Porto. E isso ocorreu porque, ao longo dos séculos o Cabido acumulou aí propriedades, simultaneamente reservando, através dos contratos jurídicos de concessão, o seu acesso, quer a clérigos, quer a seus dependentes ou familiares. Tratou-se, portanto, também de uma prática a longo prazo, cujo objectivo foi construir uma zona residencial exclusiva; os contratos enfiteúticos foram, neste caso, um eficaz instrumento regulador.

As alterações do loteamento e do edificado modificaram a topografia românica do plano original do Redemoinho mas, apesar de truncado, ele seria ainda bem distinguível no século XVI. Será possível ainda hoje detectar no troço inicial da via,

e a rua Nova. Outras grandes operações estariam a cargo da Igreja – por exemplo, o designado Monte dos Judeus em Miragaia, na segunda metade do século XIII – ou de uma acção conjunta entre as duas entidades, caso da abertura das ruas das Flores ou de Belmonte já no século XVI. Saliente-se, que embora o Concelho se reservasse um papel da gestão urbanística diária ele deve ter desempenhado um importante papel, por exemplo, na urbanização quatrocentista da colina do Olival.

⁹⁹ KOSTOF, Spiro – *The City Assembled. The Elements of Urban Form through History*. London: Thames and Hudson, 1992, p.214.

¹⁰⁰ ADP, *Cabido*, nº 530, *Livro 6 de Prazos*, 1579, Julho 5, fls. 110-112vº «...Tem mais estas casas hum recio no qual esta a porta da rua serventia das casas de comprimento de quinze varas e de larguo seis pola banda da rua e poola banda de Santa Clara tem de largo nove varas...».

entre a actual rua de D. Hugo e o beco dos Redemoinhos – antigo adro Detrás da Sé – a forma muito particular e, aliás, com um bom futuro no Porto, de duas vias, ou dois espaços separadas por uma única linha de habitações que, por essa razão, apresentarão frentes duplas. Quanto ao tipo de pavimento da rua, determinante para a valorização da via numa hierarquia urbana extremamente marcada, não temos dados sobre ele no século XVI; é muito possível, dado que se tratava de uma rua quase pedestre, que fosse em terra batida. As primeiras observações sobre a reforma do piso surgem no início de Seiscentos, quando a rua foi revestida com calçada de alvenaria por ordem da Câmara.¹⁰¹ A calçada de alvenaria era reservada para artérias secundárias, sendo as principais de esquadria, bastante mais cara. O tratamento dado pelos vereadores ao Redemoinho reflectirá, sem dúvida, a pouca importância que ela representava em termos de circulação urbana e, consequentemente, o pouco investimento que o poder concelhio julgava que ela merecia. Apesar de tudo, tratou-se da primeira tentativa de regularização e uniformização formal do espaço público da rua de que temos notícia.

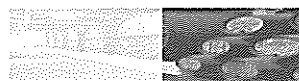
Norte: A Praça da Sé

A morfologia do espaço que no século XVI se denominará praça da Sé, entre a fachada norte da catedral e a muralha, está do mesmo modo relacionada com a construção do complexo da catedral. Na cerca remodelada no século XII, a existência de um caminho de ronda deve ter obrigado – como se referiu para a rua do Redemoinho – as habitações a manterem uma certa distância do muro. Assim, uma lógica de implantação urbana permite-nos supor a existência de uma rua que, a partir da porta de Vandoma, flectia para poente, segundo um percurso que sensivelmente se sobreporia à actual nave do Evangelho da igreja. Frente ao edifício da Sé, as plantas anteriores às demolições mostram ainda o que pode ser um vestígio dessa antiga via, paralela para norte à rua das Tendas, a que era dado o nome de viela «cadima»¹⁰², que significa pública. Concluída a catedral, cerca de cem anos depois, o acesso à sua zona fronteira passou a fazer-se pelo corredor existente entre a fachada norte e o muro; esse facto explicará a quase ausência de habitações que aí se verificava no século XVI.

«Item João de Campelo coneguo meo prebemdado da See traz por prazo de nomeações e he a primeira vida humas casas que estão defronte do chafa-

¹⁰¹ AHMP, nº 2293, *Obras Publicas Arrematações*, 1605, Outubro 1, fls 18.

¹⁰² Cf. REAL, Manuel – «A construção...», p.13.



riz da See e partem de huma parte com a praça da Se do alpendre de São João que se chama o Pelourinho e da outra parte com o carcere nosso da torre de Bamdoma e por detras entestam no muro velho e por diante rua publica do dito chafariz e paguam por dia de São Miguel de Setembro cemto e vimte reis em dinheiro 120 reis». ¹⁰³

O registo acima, extraído do *Censual da Mitra* (1541), descreve o espaço quinhentista, designado «Praça da Sé» e situada a nascente do chafariz de que tratamos atrás e imediatamente contíguo à porta de Vandoma. Um conjunto de equipamentos muito importantes para a sua definição é referido: o pelourinho ¹⁰⁴, o chafariz, o cárcere da torre de Vandoma, o alpendre da Sé. A componente habitacional, ao contrário do que sucedeu na vizinha rua do Redemoinho, está quase ausente, apenas existindo uma habitação adossada ao cárcere; desse modo, e apesar do elemento sagrado de adro cemitério, sempre presente, a praça será sobretudo um palco de representação política, onde actuam, se disputam mas também se acordam os vários poderes urbanos. A proximidade da porta e da catedral terão sido determinantes para esse carácter. De facto, a presença da torre da Câmara (c.1405), que fechava a poente o espaço, supôs originalmente um edificio hostile mas que, simultaneamente, fechou o ciclo medieval de lutas entre a Concelho e o Bispo. Numa cidade doravante pacificada as rivalidades transferir-se-ão em grande medida, para os significados da arquitectura e da sua implantação urbana sem, portanto, porem em causa a unidade do corpo social. Sob esse prisma devemos encarar a existência de um pelourinho frente ao alpendre e à Câmara. De facto, a picota da cidade, símbolo maior da autonomia municipal, tinha-se deslocado para o coração mercantil, junto ao rio, na praça da Ribeira (1520) ¹⁰⁵, depois de ter estado implantado, no século XV e provavelmente desde que se construiu a torre camarária, junto à entrada inferior do edificio na rua Escura. Explicará a acesa e extemporânea disputa que o aristocrata D. Pedro da Costa (1507-1534) manteve com o Concelho sobre a jurisdição episcopal a existência simultânea de dois pelourinhos?

¹⁰³ ADP, Mitra K/20/4-33, *Censual da Mitra* (1542), fls. 123. Publicado por SANTOS, Cândido dos – *O Censual da Mitra do Porto. Subsídios para o estudo da diocese nas vésperas do concílio de Trento*, Porto: BPMP, 1973, p.336-337.

¹⁰⁴ Em 1565 estará ainda na praça: «Item mais pagou a quem concertou humas pedras que caíram no mirador do pelourinho...» (ADP, Mitra, K/15/6/32, *Livro VIII da Fábrica da Sé*, Despesas 1562-1563, 1563, Janeiro 23, s/n fls.); já em 1600 deve ser ainda ele o «moimento» que é referido quando da medição da calçada então executada nessa zona (AHMP, nº 2293, *Obras públicas arrematação*, Livro 1º, 1603, Outubro 24, fls. 117vº).

¹⁰⁵ Ver AFONSO, José Ferrão – *A rua...*, p.72.

O alpendre quinhentista, situado no mesmo local da actual galilé, fora construído pelo bispo D. Diogo de Sousa (1495-1505). Foi também, desde a Idade Média um espaço cemiterial e no século XVI eram aí arrematadas as rendas da Mitra. Aí se realizava também por vezes a audiência eclesiástica, apesar de existir, frente à catedral, um edifício apropriado para tal. Tudo aponta para que tenha sucedido a uma estrutura anterior, medieval, que poderá ser coevo da construção da catedral. O alpendre, como a porta que o ligava ao interior da Sé, deve a sua designação ao altar de S. João Baptista, que existira no braço esquerdo do transepto¹⁰⁶. A capela desapareceu, mas a designação permaneceu. Segundo Pereira de Novais, o pórtico exibia as armas do prelado construtor e os *Livros da Fábrica da Sé* indicam que possuía, no seu interior, uma série de bancos e assentos¹⁰⁷. As frequentes referências feitas nos mesmos livros a obras de manutenção, sobretudo nas coberturas, são sintoma do estado de degradação em que se encontrava, pelo que em 1576 será efectuada uma grande intervenção no pórtico. Através do contrato dessa obra sabemos que ele era coberto de madeira e ameado, assentando essa cobertura em arcos de pedra¹⁰⁸.

Na zona frente ao alpendre, duas casas contíguas à muralha e à porta de Vandoma foram utilizadas, juntamente com a torre em que se abria esta última, para a instalação do cárcere, ou aljube episcopal. Este, depois de ter sido estabelecido em 1474 numa habitação da rua das Tendas pelo bispo D. João de Azevedo¹⁰⁹, deslocar-se-á em 1538 para junto da torre de Vandoma, para casa cedida à Mitra pelo Cabido. Com um sobrado, confrontavam pela parte de trás com o «muro velho» e o estabelecimento sofrerá, ao longo do século XVI, várias obras de manutenção que são passíveis de acompanhamento através das despesas registadas nos *Livros da Fábrica*¹¹⁰.

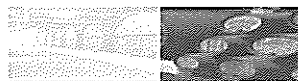
¹⁰⁶ Ver AFONSO, José Ferrão – «Entre a continuidade...».

¹⁰⁷ ADP, *Mitra*, K/15/6/3, *Livro XIII da Fábrica da Sé*, Despesas 1553, 1553, Fevereiro 14, fls. 3.

¹⁰⁸ Cfr. BASTO, Artur de Magalhães – *Apontamentos para um dicionário de artistas e artífices que trabalharam no Porto do século XV ao século XVIII*, Documentos e Memórias para a História do Porto, vol. XXXIII, Porto, BPMP, s/d, p. 268 e AFONSO, José Ferrão – *A rua...*, p.195-196.

¹⁰⁹ ADP, *Cabido*, nº 512, *Prazos*, 1474, Setembro 22, fls. 103vº, Referido por AFONSO, José Ferrão – *A Rua...*, p. 31.

¹¹⁰ Escambo entre o Bispo e o Cabido para instalação do cárcere numa casa da rua das Tendas: ADP, *Cabido*, 1666, *Livro VIII de Originais*, 1474, Setembro 22, fls. 10. Escambo entre o Bispo e o Cabido pelo qual este deixou ao Bispo duas casas para cárcere junto da Porta de Vandoma: ADP, *Cabido*, nº 1676, *Livro X de Originais*, 1538, Maio 6, fls. 52-54. As obras iniciam-se em 1537, com um pagamento efectuado a pedreiros e carpinteiros por obras na Sé e no cárcere (ADP, *Mitra*, K/15/6/3, *Livro XI da Fábrica da Sé*, Despesas 1537-1538, 1537, Junho 24, fls. 7 vº.), seguindo-



Outro elemento urbano associado ao poder episcopal da praça será o chafariz. O tratamento estético e os cuidados de manutenção das fontes e chafarizes, tomadas com elemento ornamental essencial da rua, serão um sinal do reconhecimento desta última como unidade básica do urbanismo, o que sucederá, nos finais da Idade Média, pela primeira vez desde a época clássica. Esse trabalho será essencialmente comunitário, já que o chafariz, juntamente com o pelourinho, será o símbolo máximo da autonomia municipal. Centro de gravidade social de todo um bairro, ele sucederá aos antigos poços privados¹¹¹.

O chafariz da Sé terá, contudo, outros significados. Em 1328 já existia, bem como o alpendre, tendo sido neste último que o corregedor do rei se sentou para julgar os diferendos com o recém-eleito bispo D. Vasco Martins (1328-1342): *...sub alpenderato propre fortem sev locum aqua venire consuevit vulgariter dictus chafariz...*¹¹². Um aqueduto que o alimentava, cuja água viria a abastecer também o convento de Santa Clara, é já referido em 1278¹¹³. No início do século XVI, porém, estava abandonado: em 1537, no seguimento de queixas apresentadas pelo Concelho ao rei, a sua conduta será, por ordem episcopal, objecto de reparações. Dois terços do preço da obra ficaram a cargo do prelado, um terço foi assumido pelo Concelho¹¹⁴. Frei Manuel da Esperança informa-nos que, para a obra, o bispo teve que pedir ajuda à abadessa de Santa Clara, D. Briolanja Ferraz. Foi ela a responsável pela chegada da água, não só ao seu convento mas também ao chafa-

se vários pagamentos pela obra deste último. Em 1545, de novo se fazem obras no cárcere, a cargo do então carcereiro Sebastião Gonçalves, que se prolongarão até 7 de Dezembro (ADP, *Mitra*, K/15/6/2, *Livro IV da Fábrica da Sé*, Despesas 1545/46, 1545, Novembro 2 a Dezembro 7, s/n fls.) As obras de manutenção prosseguirão ao longo de todo o século.

¹¹¹ HEERS, Jacques – *En Italie Centrale...*, p. 295. Nas proximidades de chafariz da Sé existiu um poço, mas provavelmente não era privado e pode ter coabitado com ele. Magalhães Basto refere como em 1940, durante às demolições para abertura do largo da Sé, foi encontrado, frente à actual casa do Cabido, uma fonte ou «poço de chafurdo», que identificou com o poço da feira mencionado num documento quatrocentista do Cabido (BASTO, Artur de Magalhães, *Sumário...*, p. 34-37).

¹¹² *Corpus Codicum*, vol. II, p. 168. Para Manuel Real, porém, este alpendre e chafariz situar-se-iam no paço episcopal (REAL, Manuel – «A Construção...», p. 15).

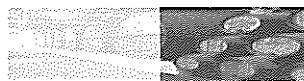
¹¹³ A casa junto do aqueduto era conhecida com a casa dos arcos: «Estromento em que se contem o testamento de Pero Garcia arcediago de Braga e ao herdeiro encomenda que polas casas dos arcos da See XX maravedis para a capela e para o Cabido lhe fazer hum aniversario dez maravedis. Aniversario arco da Se anno 1316». No mesmo documento, em letra posterior, lê-se: «Testamento de Pero Garcia arcediago de Braga casas aos arcos da Se» (ADP, *Cabido*, nº 1668, *Livro XXVIII de Originaes*, ano de 1278, fls 11). Sobre o chafariz e a sua conduta ver ainda AFONSO, José Ferrão – *A rua...*, p. 32 e nota 64.

¹¹⁴ Arquivo Histórico Municipal do Porto, A-PUB 777, *Livro 1 de Provisões*, fls. 300.

riz¹¹⁵. Nesse mesmo ano de 1537 o pedreiro João Lopes, contratado pela Fábrica da Sé, seria encarregue da boa manutenção da conduta. O chafariz, ameado e com um grande tanque, seria depois totalmente refeito pelo mesmo João Lopes¹¹⁶.

¹¹⁵ ESPERANÇA, Frei Manuel da – *Historia seráfica...*, p. 581.

¹¹⁶ A 7 de Julho de 1537 o mestre de pedraria João Lopes recebe já pelo seu trabalho no cano (ADP, *Mitra*, K/15/6/3, *Livro XI da Fábrica da Sé*, Despesas 1537-1538, fls. 8). Os pagamentos prosseguem: «Item aos 4 dias do mes d'Agosto do dito ano deu o dito Geronimo Afonso ao mestre escola quimze mill e quinhentos reis para se darem oito mill reis a Diogo Pirez pedreiro e seis mill a João Lopez e mill e 500 a Cristovão Gonçalves oleiro da telha de Vila que fazem os ditos quinze mill e 500 reis...15500 reis. Ho mestre escola» (*idem, ibidem*, fls. 8vº). «Item aos 24 dias do mes d'Agosto do dito ano recebeu o mestre escola de Jeronimo Afonso do dinheiro da obra da See por mandado do senhor Bispo para dar a Fernão Diaz dezoito mill reis os quaes o dito Fernão Diaz deu a João Lopez 10.000 e oito a Diogo Pirez pedreiros da obra do cano d'agoa os quaes os ditos pedreiros receberam a dezoito dias do mes d'Agosto. E por verdade assinou aqui...18.000 reis. Ho mestre escola. Item no dito dia recebeu o mestre escola de Geronimo Afonso do dinheiro da obra da See por mandado do senhor bispo mill e novecentos e cincoenta e cinco reis que deu aos oleiros da telha d'Ovar e por verdade assinou aqui...1955 reis. Ho mestre escola» (*idem, ibidem*, fls. 9vº). Finalmente, a 4 de Setembro, João Lopes recebe o último pagamento «para acabamento de toda a sua obra que faz no cano d'agoa» (*idem, ibidem*, fls. 10). Em 1541 surge o primeiro pagamento anual de seiscentos reis «afora o pão que leva», feito a João Lopes, pelo «carrego da agoa» (ADP, *Mitra*, K/15/6/25, *Livro VI da Fábrica da Sé*, Despesas 1541-1542; 1541, Agosto, s/n fls.). Em 1543, alude-se ao desenho e materiais para um chafariz novo: «...Item a João Lopez com seus pedreiros todos do fazazimento (sic) feito e pedra do chafariz dois mil e duzentos reis...2200 reis» (ADP, *Mitra*, K/15/6/26, *Livro V da Fábrica da Sé*, Despesas 1543-1544, 1543, Dezembro 5, s/n fls.). Os pagamentos anuais a João Lopes pela manutenção do aqueduto prosseguem até Junho de 1556, quando recebe o último (ADP, *Mitra*, K/15/6/28, *Livro X da Fabrica da Sé*, Despesas 1555-1556, Junho 14 s/n fls.). A maior obra efectuada por João Lopes ocorreu em 1552. Obrigou-o à construção de uma nova arca nas costas do chafariz e de um cano novo a cargo do picheleiro Pêro Vaz (ADP, *Mitra*, K/15/6/30, *Livro IX da Fabrica da Sé*, Despesas 1552-1553, 1552, Novembro 7 a Dezembro 4, s/n fls.). Quando João Lopes se ausentava, o ordenado era recebido pela sua mulher e, numa ocasião, também pelo seu filho Gonçalo Lopes (ADP, *Mitra*, K/15/6/3, *Livro XIII da Fábrica da Sé*, Despesas 1553, fls. 33). A partir da morte de João Lopes os constantes concertos do chafariz e do cano são efectuados por vários pedreiros: por um deles, em 1573, ficamos a saber que tinha um frontispício e ameias (ADP, *Mitra*, K/15/6/5, *Livro III da Fábrica da Sé*, Despesas 1573-1574, 1573, Dezembro 4, s/n fls.). No ano seguinte, o pedreiro João Fernandes tinha ocupado o antigo cargo de João Lopes, recebendo os 600 reis pela manutenção do cano (ADP, *Mitra*, K/15/6/5, *Livro III da Fábrica da Sé*, Despesas 1574-1575, 1574, Dezembro 4, s/n fls.). Até finais do século outros pedreiros terão esse cargo, sendo o último referido Diogo Fernandes «criado do bispo», em 1593 (ADP, *Mitra*, K/15/6/28, *Livro X da Fabrica da Sé*, Despesas 1593-1594, Outubro de 1593, s/n fls.). O chafariz tinha ainda um cano que seguia para o horto do paço episcopal. Em 1552 «...por não aver prelado neste bispado que concertasse o cano de augoa que vai do chafariz para os paços espiscopaes e por se não perderem as laramjeiras e cidreiras que ha no jardim com a seca e não aver quem isto remediase e o cano estar per algumas partes des-



Mudanças políticas importantes são pressentidas neste episódio, demonstrativo da forma como o Concelho vai tentando expandir as suas prerrogativas à área episcopal do castelo. No ano seguinte, por exemplo, escreverá ao monarca reclamando de que se abria uma porta na torre de relógio da Sé sem sua autoridade¹¹⁷. Mas será ainda cedo para que o Concelho possa plenamente actuar num espaço que era ainda semi-privado ou, se quisermos, semi-público. Desse modo, será ainda o Bispo a assumir a manutenção de um equipamento que, no resto da cidade, estaria a cargo dos vereadores.

Um outro edifício ligado à Igreja existiu na praça; a casa do Cabido, que esteve implantada no exíguo espaço entre o alpendre de S. João e a torre dos sinos¹¹⁸. A já de si estreita passagem entre a torre e o paço do Concelho deve ter ficado ainda mais reduzida. No fundo, tratava-se de uma segunda porta, a seguir à de Vandoma. De facto todo esse espaço deve ter sido utilizado sobretudo como percurso pedestre; a grande circulação dos carros na cerca velha deve ter sido reservada quase exclusivamente à porta da Sapataria. Só nos finais do século o Cabido será transferido para o interior do claustro. Mais tarde, depois de 1581, é possível que se tenha erguido na praça, junto da escada que para aí subia a partir da Escura, a capela de S. Roque¹¹⁹.

baratado Miguel d'Azevedo provedor quis prover nisto atee vir novo bispo...». O concerto do cano custou 1001 reis e, como curiosidade, adiante-se que os alcatruzes necessários para a obra vieram da Cantareira, em S. João da Foz, de onde foram transportados de barco até à Ribeira (ADP, *Mitra*, K/15/6/29, *Livro XII da Fabrica da Sé*, Despesas 1552, Julho 20 a Julho 24, s/n fls. Parcialmente publicado por BASTO, Artur de Magalhães – *A Sé do Porto. Novos dados documentais relativos à sua igreja*. Porto: edições Marânus, 1946, p. 14).

¹¹⁷ AHMP, A-PUB 777, *Livro 1 de Provisões*, 1539, Janeiro 21, fls. 347. Ver AFONSO, José Ferrão – «Entre a continuidade...»

¹¹⁸ Ver BASTO, Artur de Magalhães – *Sumário de Antiguidades da mui nobre cidade do Porto*. 2ª Edição, Porto: Editora Livraria Progredior, 1942, pp.106,132. e AFONSO, José Ferrão – «Entre a continuidade...».

¹¹⁹ ADP, *Fundo Notarial*, Po1, 3ª série, *Livro 68*, fls 83-84vº. Cf. AFONSO, José Ferrão – *A rua...*, p.352. Em 10 de Fevereiro de 1581 Francisca da Cunha e e seus familiares doam uma propriedade à ermida de S. Roque: «para serviço do senhor Deus e em seu louvor e assim do bemaventurado senhor São Roque de suas boas e livres vontades faziam como loguo de feito fizeram doação deste dia em diante para todo sempre pura e irrevogavell intre vivos vallerosa ha ermida do bemaventurado São Roque que ora novamente se institui e funda na dita cidade omde ao illustrissimo senhor Dom Simão de Sa Pereira bispo da dita cidade e seu bispado ordenar que se faça, a dita herdade atras dita cada hum delles de sua parte o quinhão que nisso lhe podia caber e para ajuda da fabrika e despesa da dita capela...». Em 4 de Junho de 1645 é arrematada a construção de duas portas para a «casa de São Roque junto a See e defronte da porta travessa della» (AHMP, nº 2295, *Obras*

Poente: Rua da porta principal da Sé, rua das Tendas e terreiro da Pregação

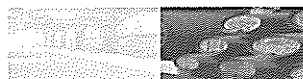
Origem: a catedral, a feira e a rua das Tendas

O espaço ou adro frente à Sé, entre a porta do Paço Episcopal e a capela de João Gordo a sul e a torre da Câmara a norte, dividia-se em duas áreas contíguas e com funcionalidades específicas: a sul da rua das Tendas, que aí desembocava frente à torre sul ou do relógio, abria-se o designado «terreiro da pregação», delimitado pela parede exterior do claustro e, frente a esta, pelo auditório e casa da obra da Sé. Essa designação, como se referiu atrás quando se tratou da rua do Redemoinho, deve-se ao facto de aí ter existido o «pulpito da pregação». A norte da rua das Tendas o terreiro alcançava o edifício da Câmara e esse espaço era conhecido como «rua da Porta Principall da See». No final do século XVI, entre a rua das Tendas e as escadas – designadas escada da Rainha, supostamente em homenagem à rainha D. Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques – que, ao longo da parede da torre da Câmara desciam até à porta de S. Sebastião, situavam-se, na margem poente do largo, a capela de Nossa Senhora de Agosto e quatro habitações¹²⁰; entre a capela e estas últimas abria-se a viela «cadima» que já foi referida.

A origem deste adro, ou terreiro, está também relacionada com a construção da catedral; as grandes dimensões deste em relação à exígua área delimitada pela cerca românica, provocariam enormes alterações que já foram abordadas quando se tratou da rua do Redemoinho e da Praça da Sé. Como se referiu então, será D. Sancho (1185-1211) a criar a primeira feira do Porto, *ante Sancta Maria*, muito possivelmente no adro da primitiva Sé, já que os trabalhos de construção da nova estariam então ainda em fase de arranque. Manuel Real aponta como período de

Públicas Arrematações, Livro 3, fls 59). Pedro Vitorino afirma também que foi construída ainda no século XVI (VITORINO, Pedro – «Notas de Arqueologia Portuense» *Documentos e Memórias para a História do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, III, 1937, p. 64). Ferreira-Alves adiante que, seriamente danificada pelo terramoto de 1755, seria demolida no ano seguinte (ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *O Porto na época dos Almadas. Arquitectura obras públicas*. Dissertação de doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras do Porto, Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1990 Vol I, p. 92).

¹²⁰ As quatro habitações são referidas várias vezes na documentação quinhentista. Ver, por exemplo: ADP, *Mitra*, K/20/4-33, *Censual da Mitra*, fls. 123 vº, publicado por SANTOS, Cândido dos – *O Censual...*, p. 368; ADP, *Cabido*, nº 458, *Tombo...*, fls. 2; ADP, *Mitra*, K/20/2-81, *Livro 3 de Prazos da Mitra*, 1534, Setembro 9, fls. 107-108 e ADP, *Mitra*, K/20/2-82, *Livro 4 de Prazos da Mitra*, 1546, Abril 30, fls. 175-176.



mais intensa construção o bispado de D. Fernão Martins Pais (1176-1185), o templo, porém, não será concluído antes dos finais do século seguinte.

A feira, depois de concluída a catedral, instalou-se definitivamente na área frente à sua fachada e a rua das Tendas, que aí existiu, está obviamente relacionada com ela. A rua, porém, corresponderá a transformações ocorridas sobretudo ao longo do século XIV, posteriormente à conclusão da Sé¹²¹. Topónimos anteriores, como «Feira» e «praça do Faval»¹²² serão indicadores de um outro modelo urbano. A rua das Tendas deverá ter estado associada a uma especialização progressiva das actividades económicas e ao seu consequente acantonamento em áreas bem definidas: os diversos açougues, as fangas¹²³, o mercado do peixe na Ribeira, as «aldas» na zona do mesmo nome. Neste processo será talvez importante salientar a data de 1282, quando os açougues foram deslocados da rua dos Palhais para a área frente à Sé¹²⁴. Essa mudança poderá estar relacionada com o início da definição da rua – alinhada com a torre do relógio da Sé – sendo muito provável que o processo de formação desta se tenha desenrolado em duas fases. Numa primeira

¹²¹ Cf. OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Pinto – *Cidade...*, p. 151. A autora afirma que a rua das Tendas, mencionada numa acta da Vereação de 1390 (BASTO, Artur de Magalhães – «*Vereações*» ..., p.50), teria naturalmente sucedido ao antigo local da feira. Indica ainda que o alinhamento definitivo da rua só deve ter surgido nos finais do século XIV, embora deva ter existido um espaço assim designado anteriormente em meados do mesmo século. Alude também ao carácter tardio da documentação relativa à rua, tendo em atenção a sua importância no contexto da época: o *Tombo do Cabido*, nº 10 (ADP) alude a duas doações na rua das Tendas: a primeira de 1321, pela viúva de João Gomes, a segunda de 1343 feita pelo cônego Domingos Geraldês Alão. Lilley refere o modo como alguns historiadores indicam que a formação de paisagens urbanas novas, no exterior de castelos ou abadias – geralmente, numa primeira fase, uma rua alinhada com a entrada do castelo ou abadia e com casas de ambos os lados, em ângulo recto com a via – seria um processo «espontâneo». Indica que, pelo contrário, estas paisagens urbanas institucionais foram um produto de um cuidadosamente controlado desenvolvimento, supervisionado pelos senhores locais. As paisagens dessas novas cidades seriam desenhadas de maneira a reforçar a posição económica e política dos senhores da cidade. (LILLEY, Keith D. – *Urban Life...*, p. 145).

¹²² Respectivamente: ADP, *Cabido*, nº 1574, *Datário*, Março 26, fls. 22vº; *idem*, Julho 6, fls. 48; Agosto 9, fls. 56vº; *idem*, Dezembro 5, fls. 86.

¹²³ Magalhães Basto menciona a existência das «fangas» da igreja, frente à Sé, no ano de 1339. Essas «fangas» seriam o local público, ou praça, em que eram vendidos os diversos produtos vegetais – trigo milho, aveia, centeio, linhaça, castanhas, nozes, figos – para abastecimento da população urbana. (BASTO, Artur de Magalhães, *Sumário...*, p. 32). Magalhães Basto não consegue identificar o local em que elas se situavam. Um empenhamento do início do século XVI, contudo, indica que eram na rua das Tendas (ADP, *Cabido*, 512, *Livro 1º de Prazos...*, ano de 1501, fls. 519 vº-521).

¹²⁴ ADP, *Cabido*, nº 10, *Relação...*, fls. 96. Referido por Afonso, José Ferrão – *A rua das Flores...*, p.144).

deve ter existido uma demarcação de propriedade segundo o espaço ocupado por estruturas em madeira, as tendas e «casas tendas» referidas na documentação¹²⁵. Posteriormente, essa divisão transformou-se em loteamento definitivo ocupado por habitações; daí a designação de rua das «Tendas»¹²⁶. Ela surge na área frente à Sé como a unidade nuclear de um motivo ortogonal, formando quarteirões, que, aliás, tem paralelo noutras áreas da cidade medieval, como a Lada e o monte dos Judeus em Miragaia. Nos finais do século XIV, a rua das Tendas seria já um «corredor de movimento», em que se notavam preocupações de regulação por parte do Concelho¹²⁷.

O novo plano regular da área frente à Sé estará associado à abertura da porta da Sapataria, posteriormente de S. Sebastião, no «Muro Velho»¹²⁸. Em 1350 o Concelho tentou edificar um paço no cemitério-adro frente à catedral, sobre a muralha, que o seu peso excessivo fez ruir¹²⁹. Os alicerces do edifício tinham sido

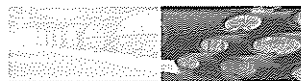
¹²⁵ ADP, *Cabido*, nº 1666, *Livros VIII de Originais*, 1368, fls 31. Referido Por OSÓRIO, Maria Isabel – *Cidade...*, p. 153

¹²⁶ Ver, por exemplo: LILLEY, Keith D. – «Trading Places: Monastic Initiative and the Development of High-Medieval Coventry», T.R. Slater and Gervase Rosser (eds) *The Church in the Medieval Town*, Aldershot/Brookfield USA/Singapore/Sidney: Ashgate, 1998, pp. 185-189.

¹²⁷ Cf. «*Vereações. Anos de 1390-1395...*», 1391, Fevereiro 11, p. 50. Numa casa recém edificada na rua o Concelho permite a construção de um tabuleiro «tal que nom Embarge o camjnho»; a 9 de Março do mesmo ano a Vereação delibera sobre uma casa que se pretendia reconstruir frente à porta da Sé e que teria uma escada semelhante à que possuía a habitação anterior aí existente «ante que a Rua das Tendas fosse arduda». A escada é permitida, porque a que anteriormente aí existira «nom Embargaua o Resy...» (*Idem, ibidem*, 1391, Março 9, p. 58).

¹²⁸ Ver OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Pino – *Cidade...*, p. 76. A autora indica aí uma data tardia para a abertura da porta. Mário Jorge Barroca, Carlos Guimarães e Teresa Pires de Carvalho consideram estranho que a porta de S. Sebastião date apenas da altura indicada por Isabel Osório, quando a porta da Sapataria é referida em 1307 por Magalhães Basto (BASTO, Artur de Magalhães – «O Porto Medieval – Ensaio histórico- topográfico», *Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso Histórico do Mundo Português*, vol II, Lisboa, 1940, p.698). Sugerem que poderia ter existido um postigo ou porta pequena anterior, que pode ter sido monumentalizado no século XIV com a criação de dois cubelos que o ladearam (CARVALHO, Teresa Pires de; GUIMARÃES, Carlos e BARROCA, Mário Jorge – *Bairro da Sé do Porto, contributo para a sua caracterização histórica*, Porto: CMP, 1996, p. 25). Sobre a porta e a muralha ver tb. AFONSO, José Ferrão: «Às voltas com a cerca. A muralha românica do Porto e a imagem de Nossa Senhora de Vandoma», *O Tripeiro*, 7ª série, ano XXIII, n.º 10, Outubro 2004, pp. 292-295.

¹²⁹ BASTO, Artur de Magalhães – «Os diversos paços do concelho da cidade do Porto», «*Vereações*» *anos de 1390-1395*, com comentário e notas de A. De Magalhães Basto. Porto, CMP, 1937, p.250. BASTO, Artur de Magalhães, *Sumário...*, p. 13. No século XVI ainda será preocupação do provedor da Fábrica da Sé a manutenção das campas situadas frente à porta principal da sua catedral. Elas serão reveladas em 1933, quando das obras de restauro (*idem, ibidem*, p. 103).



assentes sobre «um muro novo que fizera Vasco Pereira»¹³⁰. Este deve ser o mordomo de D. Dinis, irmão de D. Gonçalo Pereira que foi deão da Sé do Porto e, mais tarde, abade de Cedofeita, bispo de Lisboa e arcebispo de Braga. Enviado pelo monarca ao Porto, terá como missão assenhorear-se da jurisdição episcopal, o que fará em 1322 quando se apoderou das torres da sua fortaleza e do paço episcopal¹³¹. Esse «muro novo» será, muito provavelmente, um troço de cerca por ele construído; é natural que isso se tenha ficado a dever à derrocada da antiga, que é mencionada pelos vereadores na sua resposta às censuras do Cabido que os responsabilizava pelo aluimento. Dessa intervenção resultou também, muito provavelmente, a nova porta da Sapataria.

A porta relaciona-se com a crescente importância da cidade baixa comercial e a abertura da rua Escura nos finais do século XIV. Essa importância pode ser sentida pela utilização de topónimos como o «arrevallde da Ferraria» ou a «praça onde chamam arravalde»¹³². Não poderemos também excluir a importância da componente religiosa na abertura da rua das Tendas e da porta da Sapataria: elas formavam um importante eixo de aproximação ao pórtico da catedral, muito importante para o acesso de peregrinos e a passagem de procissões¹³³.

O paço camarário seria peça decisiva no reordenamento e hierarquização do antigo espaço da zona alta do castelo, cuja carga simbólica a catedral e vizinho paço episcopal potenciaram e, sinal disso, o percalço ocorrido com o primeiro edifício não faria os burgueses desistirem. Rapidamente uma segunda versão, esta definitiva, da Câmara será construída no mesmo local (c.1405). Não por acaso, será no extremo norte do adro sagrado, frente à Sé e à entrada do paço episcopal que os homens bons implantarão a torre do paço concelhio. Também não por coincidência, foi neste mesmo ano que o rei D. João I comprou o senhorio episcopal da cidade ao bispo D. Gil Alma. Uma época de concórdia¹³⁴ se seguiria, em que o debilitado poder eclesiástico teve que se adaptar à nova situação política.

¹³⁰ *Corpus Codicum*, vol. II, pp. 30-31.

¹³¹ *Corpus Codicum*, vol II, p. 142. Referido por CRUZ, António – «Os bispos...», pp. 228-229.

¹³² Respectivamente: ADP, *Cabido*, nº 1574, *Datário*, Julho 21, fls. 52 e *idem*, Abril 25, fls. 30.

¹³³ Cf, por exemplo, SLATER, T. R. – «Benedictine Town Planning in medieval England: Evidence form St Albans», T.R. Slater and Gervase Rosser (eds) *The Church in the Medieval Town*, Aldershot/Brookfield USA/Singapore/Sidney: Ashgate, 1998, p. 158

¹³⁴ Com os seus dissabores. Ver, sobre este tema: SOUSA, Armindo de – *Conflitos entre o bispo e a câmara do Porto nos meados do século XV*, sep. do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, 2ª série, nº 1, Porto, 1984.

O auditório eclesiástico e a capela de Nossa Senhora de Agosto

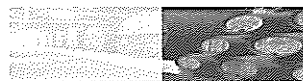
No mesmo texto em que responderam ao Cabido pela derrocada do muro velho, os homens-bons salientam que a construção do paço concelhio deveria ter sido da responsabilidade do Bispo. Reconheciam, portanto, que o senhorio da cidade pertencia à Igreja. Todas as transformações ocorridas na zona frente à Sé, provavelmente a partir dos finais do século XIII, terão como cenário a luta pelo senhorio do Porto, os seus golpes e contra golpes. Será, portanto, complicado perceber quem foi responsável por quê. Mas, dado que a metamorfose implicou uma profunda alteração nas unidades económicas preexistentes – à destruição das parcelas originais seguiu-se um novo plano, com a criação de novas parcelas – a Igreja, como proprietária do solo urbano¹³⁵, teria sempre um papel muito importante a desempenhar nela. Por essa razão, será possível que a reformulação do antigo espaço da feira possa ter sido iniciado por ela e, posteriormente sido prosseguida num ambiente político em que a presença da Coroa seria provável – e aqui estamos a pensar no enviado do rei, Vasco Pereira e na obra da muralha – de forma a torná-lo mais funcional em termos comerciais, religiosos e, também, políticos. Essa funcionalidade correspondia a uma nova situação: às antigas preocupações com a defesa substituíram-se as considerações de uma nova era comercial¹³⁶.

Trata-se, portanto, de práticas urbanísticas que se terão formalizado ao longo do século XIV num desenho regular. Os seus objectivos seriam, frente à Sé, bem diversos dos que produziram a rua do Redemoinho e o resultado será, em ambos os casos, um excelente exemplo do que Lilley designa de paisagem urbana institucional. O conceito de paisagem urbana supõe, para além de componentes formais, sociais e culturais, uma estratigrafia profunda, continuada¹³⁷, com um dinamismo próprio.

¹³⁵ Propriedade essa que aliás, manteve após a transformação já que, por exemplo, todas as habitações da rua das Tendas seriam foreiras ao Cabido: ADP, *Cabido*, nº 458, *Tombo...*, fls. 27-37.

¹³⁶ Cf. PALLISTER, D.M.; SLATER, T.R. e DENNISON, E. Patricia – «The Topography of Towns 600-1300», in D.M. Pallister, (ed.), *The Cambridge Urban History of Britain*, Cambridge: Cambridge University Press, 2000, Vol I, pp. 169-171.

¹³⁷ Os três níveis morfológicos num núcleo urbano: o sistema viário, o parcelamento e o edificado e as suas diferentes formas de articulação constituem o plano físico da cidade; todos eles são elementos formais constitutivos da paisagem urbana (CONZEN, M.R.G. – «The use of town plans in the study of urban history», in H.J. Dyos (ed.) – *The study of urban history*, London: Edward Arnold, 1968, p.116). Essa posição tradicional evoluiu, adicionando aos elementos formais da paisagem urbana numa nova dimensão, a do tempo. Desse modo, ela seria uma concretização dos trabalhos das sociedades passadas (WHITEHAND, J.W.R – «Reflexiones sobre la morfología urbana», in WHITEHAND, J.W.R.; SLATER, T.R.; LARKHAM, P. J. – *Morfología Y paisaje urbanos: la perspectiva geográfica británica*. Lleida: Department de Geografia y Història, Facultat de Lletres,



Logo em Quatrocentos, apaziguada a situação política, o bispo D. Luís Pires fez grandes obras no paço episcopal; é também muito possível que se tenha então erguido o auditório eclesiástico¹³⁸; dadas as suas funções de tribunal, ele deverá ser posterior ao edifício da Câmara em que praticavam os juizes laicos do Concelho. Ambos são, na cidade do Porto, os elementos mais representativos da emergência nos finais da Idade Média de um tipo de arquitectura pública civil e, simultaneamente, elementos fundamentais na caracterização da paisagem urbana da zona frente à Sé.

Segundo Magalhães Basto, o auditório teria sido demolido em 1934.¹³⁹ As poucas imagens de que dispomos, porém, indicam que o prédio então destruído era posterior, possivelmente setecentista, embora estivesse situado no mesmo local e cumprisse as mesmas funções do seu antecessor. Não existe nenhuma descrição conhecida do edifício original e a primeira referência à sua existência ocorre em 1474. Por ela ficamos a saber que tinha um «balcão»¹⁴⁰. No século XVI, a documentação alude ao «balcão novo»¹⁴¹, o que sugere transformações no edifício primitivo. O início delas devem datar de 1537, quando ocorre uma série de grandes obras na envolvente da catedral e no seu interior: o cárcere e o abastecimento de água ao chafariz, já mencionados, fizeram parte dessa campanha¹⁴². Esse ano de 1537 marca o início do bispado do reformador Frei Baltasar Limpo (1537-1550) e em Setembro os vereadores puderam apreciar os «apontamentos» que lhes foram apresentados pelo mestre-escola da Sé

Universitat de Lleida, 1989, pp. 9-10) da sua ininterrupta actividade de construção, destruição e reconstrução. Dessa continuidade decorre um tipo de conteúdo arqueológico que, como um palimpsesto, é capaz de nos fornecer todos os diversos níveis de actuação urbana que a procederam (LILLEY, Keith D. – *Urban Life...*, p. 39). Mas a noção abrange também uma componente cultural, já que a paisagem urbana será a objectivação do espírito de uma sociedade (SCHWIND, M. – «Kulturlandschaft als objektivierter Geist», *Deutsche Geographische Blätter*, Vol. 46, 1951, pp. 5-28. Referido em WHITEHAND, J.W.R – «Reflexiones sobre la morfologia urbana»..., p.36). Desse modo, ela seria capaz de objectivar não apenas os diversos estratos da actividade de *morfonógenes* da cidade mas o processo social, económico e cultural que a produziu. Ver também, sobre a noção de paisagem urbana institucional, a nota 116.

¹³⁸ Cf. BASTO, Artur de Magalhães – *História da Santa Casa...*, vol. 1, p. 181. Em Itália, nos finais do século XII, início do seguinte, à medida que os bispos perdiam poder nas cidades em favor das comunas e estas iniciaram a construção dos seus palácios, os prelados radicalmente renovaram e reconstruíram os seus próprios paços (MILLER, Maureen C. – *The Bishop's Palace. Architecture and Authority in Medieval Italy*. Ithaca and London: Cornell University Press, 2000, p.126).

¹³⁹ BASTO, Artur, *Sumário...*, p. 18.

¹⁴⁰ «...Dada na dita cidade e logo do dito balcão» (ADP, *Cabido*, n.º 1667, *Livro XIX de Originaes*, fls. 16).

¹⁴¹ ADP, *Mitra*, K/15/5/27, *Livro I da Fábrica da Sé*, Despesas 1547-1548, 1548, Fevereiro 11, s/n fls.

¹⁴² As obras estender-se-iam ao interior da Sé, onde, entre outras empresas, se construiu um coro alto e se iniciou a designada varanda do Bispo (Cf. AFONSO, José Ferrão – «Entre a continuidade e a reforma...»).

sobre as obras que o prelado pretendia efectuar: «os quaes visto por todos disserom que todos eram muito proveitosos ao proveito da re publica da dita cidade e por estas virtuosas obras ao dito bispo a cidade lhe devia muitas graças»¹⁴³.

As obras do auditório estariam a concluir-se em 1541, sendo então feito um pagamento pela pintura da «cadeira do auditorio com as armas e grades»: logo se segue um outro pela «...grade domde o senhor Bispo prega que esta no auditorio...»¹⁴⁴. No ano seguinte, um pedreiro constrói «...a escadinha do ballcão...»¹⁴⁵. O auditório era composto por duas áreas distintas: sala de audiências e varanda. Esta era destinada ao Cabido, que daí ouvia a pregação, quer do prelado, quer dos Dominicanos¹⁴⁶. Enquanto que o bispo arengava, oculto por um gradeamento, os Pregadores faziam-no de um púlpito, já mencionado quando se tratou da rua do Redemoinho e que sucedeu a um similar que estivera na área do claustro

¹⁴³ AHMP, A-PUB/14, *Livro 13 de Vereações*, 1537-1538, 1537 Setembro 1, BASTO, Artur de Magalhães, *Sumário...*, p. 13. No século XVI ainda será preocupação do provedor da Fábrica da Sé a manutenção das campas situadas frente à porta principal da sua catedral. Elas serão reveladas em 1933, quando das obras de restauro da catedral (*Idem*, p. 103, fls. 79).

¹⁴⁴ Respectivamente: ADP, *Mitra* K/15/6/25, *Livro VI da Fábrica da Sé*, Despesas 1541-1542, 1541, Dezembro 9, s/n fls. e *Idem*, *Ibidem*, Dezembro 11, s/n fls.

¹⁴⁵ ADP, *Mitra*, K/15/6/25, *Livro VI da Fábrica da Sé*, Despesas 1541-1542, 1542, Agosto 15, s/n fls. Essa despesa está associada ao entaipamento de uma porta «...nas casas de Rodrigo Afonso que foi...». A referência ao entaipamento da porta de uma habitação poderá estar ligada às alterações que o primitivo edifício deve então ter sofrido. De facto, o auditório esteve instalado numa habitação que, embora propriedade do Cabido, estivera aforada a particulares: ela era a primeira casa da rua das Tendas à mão esquerda para quem descia da Sé. Em 1509 essa habitação ainda estava emprazada. (ADP, *Cabido*, nº 513, *Notas do cônego João Alvarez Banharia*, 1509, Setembro 24, fls. 21-21vº).

¹⁴⁶ ADP, *Mitra*, K/15/6/2, *Livro IV da Fábrica da Sé*, Despesas 1545-1546, 1546, Maio 16, s/n fls.

¹⁴⁷ Em 1501 o púlpito já se encontrava aí (ADP, *Cabido*, nº 512, *Livro 1º de Prazos...*, ano de 1501, fls. 520). Em 1542, na sequência da renovação do auditório, é construído um novo: «Item pagou Jeronimo Afonso a Sebastião Gomçallvez em começo de pago do pulpeto que faz mill reis...1000 reis» (ADP, *Mitra* K/15/6/25, *Livro VI da Fábrica da Sé*, Despesas 1541-1542, 1542, Janeiro, s/n fls.). Em 1554, o púlpito será refeito: «Item aos 29 de Dezembro comprou treze tavoas e treze barrotes para se fazer o pulpito de novo por o outro ser velho e o vento ho desmanchar com a tempestade que tudo custou mill e quinhentos e sessenta reis com carroto...1560 reis. Item comprou mais de pregadura para o dito pulpito dozentos e trinta reis...230 reis. Item aos 7 de Janeiro de 1555 fes ferea com quatro oficiais de vinte e quatro jornais e meo que gastaram em fazer o pulpito e porta para elle a 80 reis cada jornal em que tudo se montou mil novecentos e sesenta reis...1960 reis. Item comprou dozentos pregos de cabeça grande para pregar o chmubo sobre o pulpito que custaram cento e sesenta reis...160 reis. Item mais comprou huma fechadura para a porta do pulpito mourisca com sua chave e argola e duas dobradiças para ela que tudo custou com ametade de hum quarto de ferro que se acrescentou dozentos e des reis...210 reis. Item pagou a Eitor Gonçalves por apincelar a trazeira do pulpito e concertar humas telhas no alpendre de São João hum vin-

velho¹⁴⁷. Para proteger o Cabido dos ardores do sol, a varanda era coberta por um pano e o seu parapeito, enfatizando a estatuto dos ouvintes, era guarnecido por tecido de «bocaxim». Varanda e sala de audiência situavam-se no sobrado, ou primeiro piso, a que se acedia por uma escada de pedra. É muito possível que a varanda, à semelhança do que sucedia com o seu forro, fosse em madeira; do mesmo material, os «bordos», era também revestido o tecto da sala de audiências¹⁴⁸. O local escolhido para a instalação do auditório e do terreiro da pregação, frente à parede exterior do claustro, permitia a circulação rápida e cómoda das dignidades eclesiásticas. Para que isso se verificasse, contudo, teve que existir uma porta que, a partir do claustro, acedia para o exterior. Ela situava-se junto à capela de João Gordo, frente ao púlpito¹⁴⁹. Esta unidade espacial entre a Sé e o auditório terá um paralelo na vizinha capela de Nossa Senhora de Agosto.

Esta última, situava-se a pouca distância da porta principal da Sé, no gaveto da rua das Tendas e frente ao auditório. Magalhães Basto conta-nos como a imagem de Nossa Senhora e Agosto, venerada pela confraria dos Alfaiates estava em 1547 num sobrado sobre o celeiro do Cabido, frente à Sé. Posteriormente seria iniciada, com D. Rodrigo Pinheiro, a construção de uma capela para abrigar a imagem. A devoção mariana implementada pela reforma católica deve estado relacionada com a construção; mas não podemos deixar também de notar que se trata da institucionalização de um culto que, anteriormente, se efectuava em condições precárias.

Em 1556, uma casa que estivera situada frente à porta Principal da Sé, a norte da ermida, foi doada para a capela. A partir da parcela inicial, ela triplicaria a sua área de implantação¹⁵⁰. Será portanto uma igreja-casa; a sua identificação com o

tem...20 reis. Item pagou a hum homem que andou preguando os pregos no chumbo do pulpito e solhando o e do breu que se comprou para isso dozentos e sesenta reis...260 reis. Item pagou mais d'estanho para se solhar cento e cincoenta reis...150 reis.» (ADP, *Mitra*, K/15/5/27, *Livro I da Fábrica da Sé*, Despesas 1554-1555, 1554, Dezembro 29 e 1557, Janeiro 7, s/n fls.). Em 1574 deslocou-se para o interior da catedral, sendo chumbado numa das colunas da nave central (ADP, *Mitra* K/15/6/5, *Livro III da Fábrica da Sé*, Despesas 1574-1575, 1574, Agosto/Novembro, s/n fls., publicado por BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Obra de talha* dourada, ensablagem e pintura na cidade e diocese do Porto. Porto, 1984, vol. I, pp. 94-95). Sobre o púlpito exterior e a sua utilização nas pregações, ver ainda BASTO, Artur de Magalhães – *A Sé do Porto. Novos...*, pp.6, 13. Silva de História e Arte (Notícias Portuenses). Porto: Livraria Progredior, 1945, p. 76.

¹⁴⁸ Sobre algumas das principais obras do auditório quinhentista, ver anexo, *auditório*.

¹⁴⁹ BASTO, Artur de Magalhães – *Silva de História e Arte*, p. 76; o autor cita o *Tombo do Cabido* de 1577 (ADP, *Cabido*, *Tombo*, nº9, fls. 23). Ver ainda AFONSO, José Ferrão – «*Entre a continuidade...*»,

¹⁵⁰ Ver: ADP, *Mitra*, K/15/6/28 *Livro X da Fábrica da Sé*, Receita 1555-1556, s/n fls.; ADP, *Mitra* K/15/6/2, *Livro IV da Fábrica da Sé*, Receita 1557-1558, fls. 1; ADP, *Mitra* K/15/5/27, *Livro I da Fábrica da Sé*, Receita 1558-1559, s/n fls.

parcelamento urbano é absoluta e resultou do mesmo tipo de agregação que permitiu as grandes habitações canónicas quinhentistas na rua do Redemoinho. Depois de ter a sua planta definida, a ermida será concluída, a partir de 1565 – cobertura, capela-mor e pórticos – e por iniciativa do mesmo bispo D. Rodrigo Pinheiro¹⁵¹. O edifício hoje existente, trasladado para a rua do Sol, sofreu algumas alterações importantes; a mais notável terá a ver com a destruição do pórtico lateral, bem marcado numa planta oitocentista¹⁵² e que abria para a rua das Tendas. Essa solução dotava o edifício com uma agilidade espacial que explorava bem a sua implantação num gaveto e, em certa medida, atenuava a dependência em relação à catedral. Será o padre Novaís a demonstrar uma consciência aguda dessa relação, quando afirmou, nos finais de Seiscentos, que um sacerdote que celebrasse no altar mor de Nossa Senhora de Agosto acompanharia, sem dificuldade um ofício que, simultaneamente, fosse rezado no altar-mor da Sé. Assim, Nossa Senhora de Agosto é produto de uma disciplina espacial similar à que, a partir da segunda metade do século, regularizou o espaço litúrgico no interior da Sé através da redução e hierarquização dos altares¹⁵³. A colocação da porta principal da capela na continuidade da nave central da Sé não foi, portanto, casual.

À capela e ao auditório reservaram-se lugares destacados no espaço hierarquizado contíguo ao adro frente à Sé. Por essa razão compreendemos a posição secundária ocupada pela casa da obra, com frente para a rua do Faval e junto da porta do terreiro do paço episcopal. Operava como depósito de materiais para os constantes trabalhos de manutenção que ocorriam na Sé, sobretudo a telha e madeira, mas também era aí que se fabricava a cal que lhes era indispensável. O edifício tinha um pátio interior, com alpendre, e a sua localização torna-o um continuador dos grandes estaleiros medievais situados nos adros das catedrais¹⁵⁴. Trata-se, portanto, como sucedera com os vizinhos auditório e a capela de Nossa Senhora de Agosto, de um caso de institucionalização, através da arquitectura, de uma prática anterior. Apesar da existência da casa da obra e, na continuidade da tradição, os grandes trabalhos quinhentistas, como a obra do coruchéu, utilizarão o adro da Sé como estaleiro¹⁵⁵.

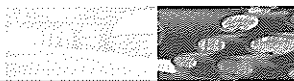
¹⁵¹ Cf. AFONSO, José Ferrão – *Manuel Luís – Um contributo para a história de um mestre pedreiro quinhentista*. Sep. da revista Museu, IVª série, nº 6, 1997.

¹⁵² AHMP, MNL 383.

¹⁵³ Cf. AFONSO, José Ferrão – «Entre a continuidade...»,

¹⁵⁴ Cf. AFONSO, José Ferrão – «Aspectos relativos à conservação e restauro da Sé do Porto quinhentista», 4º Encontro do IPCR, Lisboa, Universidade Lusíada, 14 de Novembro 2005).

¹⁵⁵ «Item paguei de allimparem o adro onde se lavrou a pedra para o coruchéu e de toda a calliça que saio da See com hum carreiro...250 reis» (ADP, Mitra, K/15/6/31, Livro XI da Fábrica da Sé,



Conclusão

A construção da catedral (sécs. XII-XIII) provocou uma fractura na paisagem urbana do Porto românico intra-muros. A sua enorme escala em relação à cidade do Castelo acarretaria remodelações profundas e excepcionais na Idade Média portuguesa. Elas só se podem justificar pelo enorme poder simbólico do templo, capaz de agregar, durante muito tempo, as vontades e esforços de toda uma comunidade. Depois de concluído, toda a área intramuros se compartimentou em espaços que, em Quinhentos, estariam perfeitamente hierarquizados: um primeiro, residencial e auto-representativo, a nascente; um outro de carácter político-institucional, a norte; finalmente, frente à Sé, um terceiro, que ao aspecto político-institucional acrescentou uma componente de serviços e residencial. Neste último, as transformações ocorridas ao longo do século XIV foram, pelo seu carácter de ruptura com o preexistente, excepcionais em Portugal. Elas, contudo, são ainda consequência directa da construção da Sé e foram provavelmente mitigadas pela longa duração do processo. Para além disso, terão igualmente sido facilitadas pelo facto da propriedade da zona e do senhorio urbanos coincidirem na Igreja.

Toda a zona do Castelo foi também a área eleita para habitação de cônegos nos finais da Idade Média. Tratava-se de uma prática antiga, induzida pela necessidade de se estabelecer perto da Sé e não tanto por obediência a uma qualquer regra precisa. No século XVI, em resultado de um longo processo, todas as habitações da rua do Redemoinho serão propriedade de clérigos, seus familiares e dependentes. Essa característica é contemporânea de determinações episcopais do início de Quinhentos: embora as *Constituições* de D. Diogo de Sousa (1497), por exemplo, nada refiram quanto à obrigação de residência, deve datar do seu episcopado uma norma segundo a qual as habitações do Castelo que eram propriedade eclesiástica deveriam ser concedidas preferencialmente a beneficiados¹⁵⁶. A zona será também fortemente hierarquizada: a rua da Penaventosa (actual rua das Aldas) não era já própria para beneficiados em 1566¹⁵⁷. É na continuidade dessa evolução que, nos

Despesas 1556-1557, 1556, Dezembro 28, fls. 185vº, referido por BASTO, Artur de Magalhães – *A Sé do Porto. Novos dados documentais relativos à sua igreja*. Porto: Marânus, 1946, p. 41).

¹⁵⁶ ADP, *Cabido*, nº 512, *Livro 1º. Treslado das Notas de Affonso Vicente e outros*, 1505, Junho 20, fls. 357-358: «...As quais assim vos emprazamos em vossas vidas segundo forma da declaração que ho senhor Bispo fez sobre nossos estatutos e as cazas do Castello se dessem a beneficiados da Igreja...».

¹⁵⁷ ADP, *Cabido*, nº 523, *Livro 3 de Prazos, notas de Duarte de Góis e Baltasar Martins*, 1556, Abril 17, fls. 25-27: «...E como estão em lugar que não hé pertencente para nenhum beneficiado da See

finais do século, a rua das Tendas, frente à Sé, será designada como rua dos Cónegos ou «d'Antre os Cónegos, pois todas as suas habitações serão então propriedade de beneficiados¹⁵⁸.

A insistência das determinações tridentadas sobre os deveres de residência não terão sido estranhas a esse arruar processional¹⁵⁹. Nele ecoa a disciplina com que, a partir da segunda metade do século, os altares se vão ordenar ao longo da nave central da sé. Alinhados como guarda de honra em parada, os cónegos, as suas casas e as arquitecturas institucionais serão uma boa imagem da cidade vigilante desejada pela contra-reforma católica. Essa fusão dos homens e das pedras, da *urbs* e da *civitas*, significa o desaparecimento da cidade medieval tal como a entendia Isidoro de Sevilha¹⁶⁰. O caminho da Modernidade, porém, não se fez no interior da cerca, posteriormente ao século XIV, através de grandes revoluções morfológicas¹⁶¹. Em Quinhentos, o que fora uma sucessão de práticas sedimentou-se e codificou-se. Esses códigos, sendo também reelaborações de práticas anteriores, não provocaram cisões, mas antes refinaram morfologias, regulares ou não, e topografias sociais. Por essas razões, a paisagem urbana institucional do Castelo no início da Era Moderna apresenta níveis estratigráficos muito aproximados. Regressando à imagem dos altares alinhados ao longo das colunas da nave central da Sé: houve aí, de facto, uma alteração da espacialidade medieval, mas os meios pelos quais ela foi obtida implicaram muito poucas alterações na estrutura do templo.

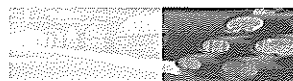
as abitar...». A zona da rua da Penaventosa e, abaixo dela, a plataforma das Aldas formariam ainda uma quarta unidade de paisagem no interior da muralha românica que, porém, está fora do âmbito deste estudo.

¹⁵⁸ AHMP, nº 2293, *Obras Públicas Arrematações*, 1597, Abril 19, fls. 31 vº.

¹⁵⁹ Os *Estatutos do Cabido*, de 1596, obrigam, no capítulo 21, a uma residência contínua de seis meses para «todo o dignidade cónego ou meio prebendado que novamente for provido nesta Sé». Os que já tivesse feito essa residência contínua seriam obrigados a residir seis meses ao ano «continuados ou interpolados» (*Estatutos do Cabido da Sé do Porto feitos pelos Exmº e Revmº Bispo Dom Jerónimo de Menezes e Cabido no anno de 1596*, fls. 39-40).

¹⁶⁰ Citado por FRUGONI, Chiara – *A Distant City. Images of urban experience in the medieval World*. Princeton; Princeton University Press, 1991, p 3: “*Cities of stone; cities of men...*” *The hackneyed distinction made by Isidore of Seville, aligning urbs and civitas on two separate, parataxical planes and cutting each of them off, from the necessity of interacting with the other...*

¹⁶¹ Ver ROSSA, WALTER e TRINDADE, Luísa – «Questões e antecedentes da “cidade portuguesa”: o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica», *Murphy. Revista de história e teoria da arquitectura e do urbanismo*, 01, Março/2006, pp. 70-109, sobretudo p. 73: «Importa, sim, invocar o princípio de que a evolução da teoria e *praxis* urbanísticas se pauta por processos de adição, síntese e/ou reforma, nunca por rupturas ou revoluções de vanguarda...». Na zona frente à Sé, a ruptura existiu, mas, como vimos, foi excepcional.



Anexos

Quadro 1 – Século XIII

Ano	Conteúdo
1217 ¹⁶²	Morreu Soeiro Pais que deixou por seu aniversário uma casa no Remoinho.
1221 ¹⁶³	Venda de casa feita pelo Cabido a Agro Vigo.
1231 ¹⁶⁴	Mestre Pelágio, Prior de Guimarães, compra uma casa a Pelágio Pedro, Eldora Nunes e Beatriz Moniz.
1231 ¹⁶⁵	Pedro Trílio vende uma casa a Mestre Pelágio, Prior de Guimarães.
1232 ¹⁶⁶	Doação de uma casa feita por D. Husco a Mestre Pelágio.
1236 ¹⁶⁷	Doação de duas casas feita por Mestre Pelágio ao Cabido.
1247 ¹⁶⁸	Venda de uma casa feita pelo Cabido ao cônego Domingos Pelágio.
1247 ¹⁶⁹	Legado pio feito pelo bispo D. Pedro Salvadores ao Cabido.
1252 ¹⁷⁰	Venda de casa feita pelo cônego Domingos Pelágio ao cônego Gonçalo Gonçalves.
1278 ¹⁷¹	Legado pio de casa feito pelo cônego Pedro Garcia, arcediogo de Braga, ao Cabido.
1295 ¹⁷²	Legado pio de casa feito por Abril Pires, abade de Cedofeita e cônego ao Cabido.
1297 ¹⁷³	Legado pio de casa feito por Margarida Fernandes ao Cabido.

¹⁶² ADP, *Cabido*, 1574, *Datário*, Janeiro 21, fls. 6vº.

¹⁶³ ADP, *Cabido*, nº 1666, *Livro VIII de Originais*, Setembro 1221, fls. 18. Referido por OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Pinto – *Cidade...*, p. 141.

¹⁶⁴ ADP, *Cabido*, nº 1666, *Livro VIII de Originais*, Abril de 1231, fls. 16.

¹⁶⁵ ADP, *Cabido*, nº 1666, *Livro VIII de Originais*, 1231, fls. 27.

¹⁶⁶ ADP, *Cabido*, nº 1666, *Livro VIII de Originais*, 1232, fls. 26.

¹⁶⁷ ADP, *Cabido*, nº 10, *Relação...*, fls. 84vº.

¹⁶⁸ ADP, *Cabido*, nº 1666, *Livro VIII de Originais*, Abril 1247, fls. 29. Referido por OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Pinto – *Cidade...*, p. 141

¹⁶⁹ ADP, *Cabido*, nº 10, *Relação...*, 1247, Julho 8, fls. 88.

¹⁷⁰ ADP, *Cabido*, nº 1666, *Livro VIII de Originais*, 1252, fls. 28.

¹⁷¹ ADP, *Cabido*, nº 10, *Relação...*, 1278, Agosto 20, fls. 86.

¹⁷² ADP, *Cabido*, nº 10, *Relação...*, 1295, Maio 8, fls. 84.

¹⁷³ ADP, *Cabido*, nº 10, *Relação ...*, 1297, fls. 89.

Quadro 2 – Século XIV

Ano	Conteúdo
1316 ¹⁷⁴	O cônego Pêro Pires da Porta deixa um censo imposto sobre uma casa.
1317 ¹⁷⁵	Morte de Margarida Fernandes, viúva de Marco Pais, que deixou uma casa no Remoinho emprazada a João Gomes por três maravedis.
1331 ¹⁷⁶	Legado pio de uma casa feito por Mendes Anes.
1332 ¹⁷⁷	Prazo em três vidas de uma casa na rua do Redemoinho feito pelo chantre Rodrigo Anes ao abade João Pestana.
1338 ¹⁷⁸	Contrato da mesa capitular com João Bravo, testamenteiro do tesoureiro da Sé D. Francisco, pelo qual lhe ficou a pertencer o domínio directo de uma casa situada na porta de Vandoma.
1360 ¹⁷⁹	Legado pio de uma casa na porta de Vandoma feito por Pedro Vicente.
1363 ¹⁸⁰	Legado pio de cinco casas pelo mestre-escola Gonçalo Martins.
1382 ¹⁸¹	João Palmeiro deixa uma casa ao Cabido com obrigação de um aniversário.
1382 ¹⁸²	O Cabido empraza uma casa ao abade de S. Lourenço de Cosmade, Lourenço Miguel.

¹⁷⁴ ADP, *Cabido*, nº 1686, *Livro XXVIII de Originais*, 1316, fls. 6. No *Datário* a data indicada para a doação de um cônego Pêro Pires, arcediogo de Viseu, é de 1286. Será o mesmo? (ADP, nº 1574, *Datário*, Abril 7, fls. 25vº).

¹⁷⁵ ADP, *Cabido*, nº 1574, *Datário*, Janeiro 30, fls. 8vº.

¹⁷⁶ ADP, *Cabido*, nº 10, *Relação...*, 1331, fls. 89.

¹⁷⁷ ADP, *Cabido*, nº 1666, *Livro VIII de Originais*, 1332, Novembro 28, fls. 32.

¹⁷⁸ ADP, *Cabido*, nº 10, *Relação...*, fls. 84vº.

¹⁷⁹ ADP, *Cabido*, nº 1666, *Livro VIII de Originais*, 1360, Novembro 2, fls. 20.

¹⁸⁰ ADP, *Cabido*, nº 10, *Relação...*, fls. 87vº. Segundo o *Datário* o legado foi de apenas quatro casas (ADP, nº 1574, *Datário*, Abril 14, fls. 27).

¹⁸¹ ADP, *Cabido*, nº 10, *Relação...*, fls. 84vº.

¹⁸² ADP, *Cabido*, nº 1666, *Livro VIII de Originais*, 1382, Março 7, fls. 24. Referido por OSÓRIO, Maria Isabel de Noronha Pinto – *Cidade...*, p. 141.



Quadro 3 – Século XV

Ano	Conteúdo
1402 ¹⁸³	Composição entre o Cabido e Gonçalo Esteves, vigário de Monção, sobre o foro a pagar por uma casa.
1412 ¹⁸⁴	Em 7 de Março de 1412 Branca Pires e Guiomar Francisca, como testamenteiras de Leonor Vasques, viúva de Nicolau Barrosas, doaram à Mesa Capitular uma casa situada «À Porta de Bandoma», com obrigação de dois aniversários.
1466 ¹⁸⁵	Em 6 de Novembro de 1466, o cônego Gil Lourenço doou três casas, uma das quais com dois enxidos, com obrigação de dois aniversários. Datário a 12 de Janeiro.
1473 ¹⁸⁶	Censo de duzentos reis e demissão de prazo para o Cabido pelo cônego e bacharel em teologia João Gonçalves.
1474 ¹⁸⁷	Escambo entre a Mitra e o Cabido, pela qual este último cedeu à primeira três propriedades na rua – um ameixial, um figueiral com uma casa sobradada e uma cavalaria, cada uma com prazo próprio – para acrescento do horto episcopal, recebendo em troca outras na rua das Aldas.
1476 ¹⁸⁸	Doação feita por Luís Lourenço, abade de Cedofeita e cônego na Sé, ao clérigo e escrivão do Bispo Diogo Henriques do sótão da sua casa.
1479 ¹⁸⁹	Compra de casa-torre no Adro Detrás da Sé aos herdeiros de Martim Lourenço pelo cônego Afonso Luís. A compra foi autorizada por D. Afonso V.
1479 ¹⁹⁰	Em 15 de Março de 1479 a mesa capitular comprou ao sapateiro Pêro Anes e sua mulher Maria Anes, com licença do rei D. Afonso V «...Hum enxido que hê pegado á viella de Santa Clara entre os arcos da agoa desta Se e o aqueduto da que vai para o Collegio presentemente...». O enxido passou a ser quintal de uma das casas da rua.
1484 ¹⁹¹	Morte de João de Barros, administrador do mosteiro de Adaúfe, arcebispado de Braga. Fez grandes benfeitorias na sua casa, prazo do Cabido, de modo que depois da sua morte este último dividiu o seu prazo, que lhe tinha sido demitido pelo testamenteiro de João de Barros (e a propriedade) em dois, passando a receber por eles 1900 reis e 4 galinhas, contra os 300 reis e duas galinhas do prazo único anterior. Por isso o Cabido obrigou-se a fazer um aniversário a João de Barros.
1492 ¹⁹²	Afonso Luís doa, com autorização real, a casa torre do adro detrás da Sé ao Cabido para doze aniversários.

¹⁸³ ADP, *Cabido*, n.º 1685, *Livro XXVII de Originais*, ano de 1402, fls. 2-1.º

¹⁸⁴ ADP, *Cabido*, n.º 10, *Relação...*, fls. 85v.º.

¹⁸⁵ ADP, *Cabido*, n.º 10, *Relação...*, fls. 83 v.º, 86v.º, e 89v.º

¹⁸⁶ ADP, *Cabido*, n.º 1574, *Datário*, Abril 10, fls. 26.

¹⁸⁷ ADP, *Cabido*, n.º 512, *Livro 1.º...*, 1474, Agosto 2, fls. 104-105

¹⁸⁸ ADP, *Cabido*, n.º 1666, *Livro VIII de Originais*, 1467 Julho 2, fls. 23.

¹⁸⁹ ADP, *Cabido*, n.º 1666, *Livro VIII de Originais*, 1479, Julho 30, fls. 19.

¹⁹⁰ ADP, *Cabido*, n.º 10, *Relação...*, fls. 86-86v.º. Ver também ADP, *Cabido*, n.º 1667, *Livro IX de Originais*, 1479, Março 15, fls. 10.

¹⁹¹ ADP, *Cabido*, n.º 1574, *Datário*, Abril 29, fls. 31.

¹⁹² ADP, *Cabido*, n.º 1574, *Datário*, Fevereiro 27, fls. 4-4v.º.

Quadro 4 – Século XVI

Ano	Conteúdo
1504 (?) ¹⁹³	Aniversário por D. Rodrigo de Sousa, pelas benfeitorias feitas nas casas grandes de pedra do adro Detrás da Sé, pelas quis o Cabido passou a receber mais do dobro da renda.
1538 ¹⁹⁴	Escambo entre a Mitra e o Cabido de uma casa para escola de Gramática. O Cabido deixa à Mitra uma casa na rua do Redemoinho.
1560 ¹⁹⁵	Casa deixada ao Cabido para dois aniversários pelo bacharel Pêro Martins; a casa estava emprazada ao mesmo bacharel pelo Cabido.

Quadro 5 – Dimensões de lotes, século XVI

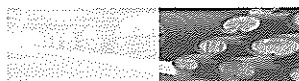
Cota	Local e tipo	Largura	Comprimento
ADP, <i>Cabido</i> , 536,1590, Junho 8, fls. 25-31vº	Rua do Redemoinho, junto com o postigo das Mentiras. Casa arruinada.	5 varas e um palmo	12 varas
<i>Idem</i> , nº 528,1565, Fevereiro 22, fls. 144vº	Rua do Redemoinho, junto com o Postigo das Mentiras. Casa arruinada.	6 varas (frente) 8 varas (trás)	12 varas
<i>Idem</i> , nº 536, 1592, Julho 1, fls. 140-145vº	Rua do Redemoinho Quintal com casa arruinada.	9 varas e um palmo	—
<i>Idem</i> , nº 532,1585, Dezembro 16, fls. 30vº-33	Rua do Redemoinho Casa com sacada, arruinada.	2 varas e meia	7 varas
<i>Idem</i> , nº 532,1585, Dezembro 16, fls. 30vº-33	Sacada da casa atrás, «que esta em quintal».	4 varas	7 varas e meia
<i>Idem</i> , nº 518,1551, Setembro 2, fls. 13vº-16	Rua do Redemoinho e adro. Cavalaria e enxido.	3 varas e 2 terças (frente) 1 vara e meia (trás)	11 varas
<i>Idem</i> , nº 518,1551, Setembro 2, fls. 13vº-16	Rua do Redemoinho e adro (enxido a norte da casa atrás).	19 varas (frente)	20 e 13 varas

¹⁹³ ADP, *Cabido*, nº 1574, *Datário*, Janeiro 21, fls. 6vº.¹⁹⁴ ADP, *Cabido* nº 1676, *Livro X de Originaes*, 1538, Maio 6, fls. 52-54.¹⁹⁵ ADP, *Cabido*, nº 10 *Relação...*, fls. 84 vº.



Cota	Local e tipo	Largura	Comprimento
<i>Idem</i> , nº 1666,1551, Setembro 2, fls. 35	Limite sul do adro. Casa com balcão que foi casa de despacho da Misericórdia.	6 varas	14 varas e ? a sul, 9 varas a norte, incluindo o balcão a NE, que tinha 3 x 5 varas.
<i>Idem</i> , nº 521,1548, Novembro 15, fls. 74-78	Rua do Redemoinho. Casa unida à seguinte.	6 varas	9 varas
<i>Idem</i> , nº 521,1548, Novembro 15, fls. 74-78	Rua do Redemoinho. Casa unida à anterior.	3, 5 varas	9 varas
<i>Idem</i> , nº 530, 1579, Julho 17, fls. 116-120	Rua do Redemoinho. Casa com pátio que agregou três casas anteriores.	26 varas	11 varas
<i>Idem</i> , nº 519, 1543, Abril 10, fls. 85-86vº	Rua do Redemoinho. Pardieiro que foi integrado na casa atrás.	5 varas	11 varas
<i>Idem</i> , nº 525, 1564, Maio 8, fls. 192-194vº	Rua do Redemoinho (margem poente). Casa.	3 varas	10 varas
<i>Idem</i> , nº 521, 1547, Julho 6, fls. 16-20	Rua do Redemoinho. Ala sul da casa Baganha com o enxido.	14 varas	10 varas
<i>Idem</i> , nº 521, 1547, Julho 6, fls. 11-15	Rua do Redemoinho. Ala norte da casa Baganha, com o pátio.	11 varas (trás) 14 varas (frente)	17 varas
<i>Idem</i> , nº 530, 1579, Julho 5, fls. 110-112vº	Rua do Redemoinho. Casa junto e a norte da anterior.	4 varas e meia	19 varas
<i>Idem</i> , nº 530, 1579, Julho 5, fls. 110-112vº	Rossio a norte da casa anterior e que fazia parte do mesmo prazo.	6 varas (frente); 9 varas (trás)	15 varas
<i>Idem</i> , nº 530, 1579, Julho 5, fls. 110-112vº	Quintal da mesma casa, para além do muro.	12 varas do lado da casa 9 varas do lado de Santa Clara	36 varas
<i>Idem</i> , nº 525, 1560, Setembro 22, fls. 82-84	Casa com torrinha e pátio. Estivera num só prazo com a seguinte.	13 varas	16 varas

Cota	Local e tipo	Largura	Comprimento
<i>Idem</i> , nº 521, Outubro 11, fls. 102vº-106	Entrada da Rua do Redemoinho. Casa torre.	10 varas (frente); 23 varas (trás)	15 varas (sul) e 12 varas (norte)
<i>Idem</i> , nº 535, 1588, Dezembro 14, fls. 17-20	Rua de Vandoma, junto com a porta do mesmo nome. Casa.	3 varas e meia	6 varas e meia
<i>Idem</i> , nº 525, 1565, 22 de Janeiro, fls 209-214	Entrada do Adro de Trás da Sé, frente ao chafariz. Casa sobre colunas com pátio.	9 varas frente ao chafariz	15 varas em «esconso» para a rua do Redemoinho
<i>Idem</i> , nº 525, 1559, Junho 5, fls. 39-40vº	Duas casas que foram vendidas para se construir a anterior e que andavam num só prazo.	11 varas pelo lado da Sé e 17 varas pelo lado da rua do Redemoinho	—
<i>Idem</i> , nº 528, 1577, Novembro 8, fls. 85-86vº	Adro detrás da Sé. Casinha e corredor.	3 varas	4 varas
<i>Idem</i> , nº 528, 1577, Novembro 8, fls. 85-86vº	Rua do Redemoinho. Casa nas traseiras da casinha e corredor anteriores, tudo o mesmo prazo.	7 varas	13 varas
<i>Idem</i> , nº 534, 1594, Julho 21, fls. 103vº-112	Adro Detrás da Sé. Casa.	5 varas e meia pelo adro e 3 pela rua do Redemoinho	16 varas
<i>Idem</i> , nº 519, 1545, Agosto 12, fls. 117vº-119vº	Adro Detrás da Sé. Casa.	3 varas	6 varas (piso térreo) 7 varas (sobrado)
<i>Idem</i> , nº 522, 1562, Outubro 21, fls. 348-355	Adro Detrás da Sé. Casa.	3 varas e meia	20 varas
<i>Idem</i> , nº 522, 1562, Outubro 21, fls. 348-355	Rua do Redemoinho. Quintal da casa anterior.	8 varas	13 varas



Casa Dossi

ADP, Cabido, nº 530, Livro 6 de Prazos, 1579, Julho 17, fs 116-120.

O Cabido empraça em três vidas uma casa situada na rua do Redemoinho a Dom João Freire, filho menor de Isabel Freire e Cristóvão Dossi, já falecido, representado pelo seu procurador, o chantre de Cedofeita Francisco Leite. A casa andara anteriormente em três prazos diferentes.

«...As casas do Redemoinho que são do Cabido e foram de Chrsitovão Dossi e ora possui Dona Isabel Freire sua mulher como tutor e cura de seus filhos menores as quaes andavam em tres prazos e paguava do principal trezentos reis e duas galinhas e do segundo cem reis e duas galinhas e do terceiro corenta reis. E por estarem todas em huma corrida e ha dita Dona Isabel requerer hum soo prazo foram medidas e comfromtadas todas juntamente. As quaes casas todas tem de comprido ao longo da dita rua do Redemoinho começando do canto que parte com o quintal do licenciado Pero Ferreira da Silva arcediago d'Oliveira que tambem he propriedade do mesmo Cabido vinte e seis varas de cinco palmos de craveira ate chegar as casas do coneguo João Campelo com que partem pela banda do sul que tambem são do mesmo Cabido. Hentrando nestas casas por humas portas fronhas tem hum pateo com hum poço atopido no meo dele que tem de largura omze varas e por detras que he do nacente parte com propiedade da cidade que he o quintal que anda com as mesmas casas. E por diante que he o poente parte com a mesma rua publica do Redemoinho e estão estas casas pera ambas as bandas do pateo sua corria (sic) que se servem por huma escada de pedra e dela vai huma varanda pera a corrida que esta a banda do norte onde estão duas casas com seu repartimento amtre huma e outra de tijolo e forradas de castanho e bem reparadas de comprimento ambas he a do mesmo pateo e de largura tem de cinco varas. E por baixo suas logeas que servem de estrebaria e palheiro e da banda do mesmo pateo contra sul vai outra corrida de casas que servem pela mesma escada e vai dar num corredor que passa pelo meo de duas cazinhas cozinha e despensa huma contra o nacente houtra contra o poente. E pera ambas tem serventia. E do mesmo corredor entram em huma sala e diamte dela duas camaras do comprimento da mesma sala que estão mal repairadas e alem da derradeira camara há huma varanda e huma camara. E tem por baixo esta camara hum amtresolho gramde que se serve por alçapão delas. E por baixo de tudo suas logeas que todo esta dentro da medição primeira de comprimento e largura de 26 e onze de largo sem se meter cousa alguma que não seja do mesmo Cabido ha poassente. As quaes casas tirando as primeiras estão damnificadas...».

Casa Bento Leite

ADP, Cabido nº 525, Livro 4 de Prazos, 1565, 22 de Janeiro, fls. 209-214.

Prazo fatoesim perpétuo de uma casa situada junto ao chafariz da Sé feito pelo Cabido ao cónego Bento Leite.

«...Item tem estas casas pola frontaria do chafariz nove varas em vão a quall casa anda armada sobre columnas de pedra que estão da parte da rua e tem de compridão que vai ter aa rua

do Redemoinho quinze varas. E vão as ditas casas em volta escomça e dentro nestas casas contra o Redemoinho tem ou esta hum pateo descuberto e neste comprimento e largura tem as casas seguintes. A saber tem huma escada de fora das ditas casas que tem de comprimento oito varas e de largura oito palmos e loguo tem huma sala forrada e ladrilhada e huma anticamara e huma camara tudo forrado e ladrilhada e outra camara tão bem forrada e não ladrilhada e outra casa que serve de cozinha com outra casa peguada com ella que serve de despensa que tem janellas para o Redemoinho e tudo no andar de baixo. Item huma casa sobradada sobre a cozinha e despensa com huma varanda que vem sobre o pateo e outra camara com janellas para a rua do Redemoinho. E tem por baixo nas logeas as casas seguintes Item huma casa que serve de celeiro e huma cotea ladrilhada com huma janella para o chafariz e tem huma estrebaria e debaixo da despensa huma casa que serve de moços que esta sobradada e todas estas casas feitas de novo...».

Casa Francisco Vieira

ADP, Cabido nº 513, Notas do conego João Alvarez Banharia, 1528, Janeiro 2, fls 129-131.

Praço em três vidas de nomeações de uma casa torre sita à entrada da rua do Redemoinho ao cônego Francisco Vieira, sobrinho do bispo do Porto e depois cardeal em Roma D. Antão de Chaves.

«...As quaes casas dentro em si são as que se seguem. Primeiramente em cima da porta da rua huma camara com sua chamine e com seu retere. Houtra camara com sua chaminee que tem duas janelas sobre o eirado da lorangeira e parreira e huma sala grande com sua chaminee e suas janelas para a dita rua e outra camara que vai para o eirado e no andar dela hum escriptorio e hum corredor que vai da sala para a cozinha que tem huma genela sobre o muro velho e huma cozinha com sua dala e genela para o dito muro e huma casa da necessaria e despensa e huma camara no cabo da sala da parte do vendavall com sua genela para a dita rua com hum eirado em cima dela com suas genelas e na dita porta da rua tem seu portall calçado e no andar delle huma estrebaria e debaixo da dita sala huma adegua. E assim tem huma crasta que vai para a outra estrebaria que esta em humas necessarias. E as ditas casas tem huma saída para detras com sua porta e escada de pedra. As quaes casas estão todas muito bem corregidas e oliveladas somente a camara que tem duas genelas para o eirado da lorangeira...».

Auditório eclesiástico

ADP, Mitra, K/15/5/27, Livro I da Fábrica da Sé, Despesas 1554-1555, s/n fls.

1554, Outubro 28

«Item pagou mais o dito Provedor ao senhor Provisor por mandado do senhor Bispo da despesa que se fez na obra do auditorio. Convem a saber de madeira e jornais d' officaes e pregadura para a dita obra e outras despesas dela vinte e quatro mill dozentos e sesenta reis que se fizeram de despeza na dita obra segundo se mostrou pelas adições que o dito denhor provisor tem



em seu livro. Para a quall despesa lhe o dito provedor dava o dinheiro pouco e pouco para que no cabo dela se fizesse conta toda junta na quall se montou o sobredito. Manuel Fernandes Doctor...24260 reis».

Novembro 1

«Item recebeo mais o dito provedor do Sr. Provisor trezentos reis que deu Miguel de Mesquita pello pedaço da grade de ferro que se tirou a janella do auditorio...».

«Item aos 27 de Novembro comprou o dito provedor tres traves para escorar a parede da varanda do auditorio a 200 reis cada huma seiscentos reis...600 reis.

«Item de trazerem estas traves em dous carros dous vintens...40 reis».

1555

«Item a 9 de Maio pagou ho provedor de concertar o pano de bocachim que poem na varanda quando o cabido ouve a pregação de ho cozerem e poerem azelhas corenta reis...40 reis».

Junho 7

«Item no mesmo dia pagou a João Fernandez porteiro para concertar os scalões do auditorio e fazer hum novo...80 reis».

K/15/6/28, *Livro X da Fabrica da Sé*, Despesas 1555-1556, s/n fls.

1555

«Item aos 12 de Setembro mandou fazer hum arco de paaõ para se nelle armar hum arco que se fez na varanda do auditorio para nelle fazer a parede dous tostões. Convem a saber ha hum carpinteiro de ho fazer hum tostão e as tavoas e barrotes velhos que comprou por outro tostão que são 200 reis...200 reis».

«Item aos 18 de Setembro pagou a Fernand'Afonso pedreiro por hum arco de pedra que fez na parede do auditorio em que se armou a parede dous mill reis e mais lhe deu por cinco braças de parede que fez em cima do arco e debaixo delle a cruzado cada braça se montou dous mill reis que somou em todo o que isto recebeo quatro mill reis e elle Fernand'Afonso se obrigou que aquella obra que assim fez ficava muito segura e se obrigou que caindo ella por ali por onde ele a fez de ha sua custa ha segurar e este arco e obra esta direito da porta do auditorio e a tornar a fazer de novo e porque a isto se obrigou e assegurou asinou esta verba... 4000 reis».

Item mais lhe deu a elle Fernand'Afonso de dous dias que andou ele e hum servidor a guarder a dita parede e assim hum carpinteiro que andou meio dia a d'escorar as traves da varanda trezentos reis...300 reis».

1556, Fevereiro 5

«Item no mesmo dia pagou a Gonçalo Jorge de cinco dias que andou concertando e fazendo mais pequena a porca do sino São Pantaleão a 80 reis por dia quatrocentos reis...400 reis.

Item de pregadura para a escada do sino e para os escalões da escada do auditorio em que entraram meio cento de pregos barrotes cem reis...100 reis.

Item mais comprou duas tavoas para se fazerem huns escalões na escada do auditorio que custaram com meo dia de hum oficial cento e corenta reis...140 reis.

Item mais pagou a Gonçalo d'Araujo quatrocentos reis que comprou de madeira que se gastou no auditorio que ho senhor provisor mandou guastar e pagou 300 reis».

1556, Junho 3

«Item no mesmo dia comprou seiscentos tijolos para tapar a parede do auditorio ate o telhado que custaram postos na obra com carroto dozentos e oitenta reis...280 reis».

Item aos 5 de Junho pagou a Gonçalo Jorge por fazer huma escada e pregar huns barrotes no repartimento da casa da obra com o auditorio para se por o tijolo oitenta reis...80 reis.

Item mais comprou meia duzia de barrotes para a dita obra que custaram duzentos e cinquenta reis...25 reis.

Item mais de dous carros de saibro para a dita obra que custaram corenta reis...40 reis.

Item mais pagou a hum pedreiro que assentou ho dito tejo no repartimento e hum servidor cento e vinte reis...120 reis».

K/15/6/2, *Livro IV da Fábrica da Sé*, Despesas 1557-1558, s/n fls.

1557

«Item ao 1 d'Agosto comprei duas duzias de madeira marchante para forro do auditorio custou com o carroto da Ribeira a casa da obra seiscentos e vinte reis...620 reis».

Setembro 4

«Item a 4 de Setembro pagei a Antonio Diaz cinco braças de parede que fez no auditorio por não estar segura a parede a cruzado a braça dous mill reis...2000 reis.

Item comprei 36 bordos para se forrar o auditorio a 200 reis bordo sete mil e 200 reis e de carroto ate a casa da obra ...40 reis.

Item a 5 e Setembro pagei a dous carpinteiros cinco dias que cada hum trabalhou assim no desarmar do tecto do auditorio com em lavrar alguma madeira a 80 reis por dia monta oitocentos reis...800 reis.

Item no mesmo dia pagei a dous serradores que começaram a serrar os caibros e bordos dous dias e meo cada hum a 80 reis por dia e de hum servidor hum dia ...480 reis.

Item a 7 de Setembro pagei mais duas duzias de madeira para o auditorio custaram 50 reis e de carros 40 reis monta...540 reis.

Item a 7 de Setembro comprei dez moios de telha para retelharem as crastas e charola e casa do auditorio e toda a varanda a 80 reis posta na area da Ribeira e de carroto quatro carros que a trouxeram 80 reis monta novecentos e 30 reis....930 reis».

«Item comprei duas duzias de ripa para o auditorio a 80 reis duzia cento e 40 reis....140 reis.

Item mais pagei a hum servidor que andou judando na parede que se fez no cano em frente de Santa Crara 40 reis...40 reis.

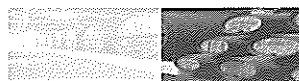
Item mais de dous carros de saibro para a parede do auditorio 40 reis...40 reis.

Item a 11 de Setembro fiz ferea com tres carpinteiros que trabalharam no auditorio e dous serradores que serraram os bordos cinco dias cada hum a 80 reis o dia...2000 reis».

«Item a 18 de Setembro fiz ferea com cinco oficiaes. A saber tres carpinteiros e dous serradores que trabalharam no forro do auditorio cada hum seis dias a 80 reis...2400 reis.

Item a 20 de Setembro pagei mais a dous serradores dous jornaes que foi o dia que acabaram de serrar os bordos...160 reis.

Item a 24 de Setembro fiz ferea a tres carpinteiros que trabalharam no forro do auditorio cinco dias cada hum a 80... 1200 reis».



Item comprei huma taboa de noqueira para se porem as letras no auditorio de a tingirem de preto e de abrirem as letras e as marchetarem e fazerem huma caveira com dous ossos ...1220 reis.

Item a 27 de Setembro comprei corenta telhões para a parede da varanda do auditorio a 10 reis o telho e de os trazerem d'alleo 440...440 reis.

Item a 2 d'Outubro fiz ferea com tres carpinteiros de cinco dias que cada hum trabalhou no forro do auditorio e foi o dia em que se acabou de forrar 1200 reis ...1200 reis.

Item pagei a Antonio coreiro que teve o carregio todo o Verão de por o pano para o soll na varanda 80 ...80 reis.

Item de pregadura que se gastou no forro do auditorio com seu madeiramento e de quatro gatos de ferro que se fizeram de ferro...2240 reis.

Item a 6 d'Outubro fiz ferea com Antonio Diaz pedreiro de 4 dias que andou retelhando o auditorio e toda a varanda e asentou os tegellos e guarnecio todo o auditorio...320 reis».

«Item de tres servidores que o serviram e allimpam todo o telhado e terçaram a call cada hum quatro dias e hum delles andou cinco dias a 40 reis por dia...520 reis.

Item pagei tres carros de saibro para a dita obra a 20 reis carro monta...60 reis.

Item de carroto de levar a madeira que me emprestou Antonio Diaz para as escadas do auditorio e dos orgãos...30 reis.

Item a 9 d'Outubro pagei 4 dias e meio a Gonçalo Jorge que trabalhou a fazer as duas escadas para os orgãos e desfazellos e assi acabou no auditorio certa obra que estava por acabar e seguiu os frechaes da varanda a 80 reis dia...360 reis».

K/15/6/29, *Livro XII da Fabrica da Sé*, Despesas 1557, s/n fls.

Junho 10

«Item aos 10 de Julho comprei trinta e seis bordos para se forrar o auditorio a 200 reis o bordo monta sete mil reis e de carroto 40 reis...7240 reis».

«Item aos 4 de Setembro pagei cinco braças de parede que se fizeram na casa do auditorio por não estar segura a cruzado a braça...2000 reis».

«Item no mesmo dia pagei a dous carpinteiros cinco dias que cada hum trabalhou assim no desasnar do tecto do auditorio como de lavar alguma madeira para elle cada hum a 80 reis por dia...800 reis.

Item pagei a dois servidores que fizeram os caibros e alguns bordos dous dias e meo cada hum e a hum servidor hum dia a 80 reis cada hum...320 reis».

«Item a 7 de Setembro comprei mais duas duzias de madeira para o auditorio custaram com o carroto 540 reis...540 reis.

Item a 7 de Setembro comprei dez moios de telha para retelhar as crastas e charolas e casa do auditorio a 85 reis moio e de quatro carros que a trouxeram a casa...80 reis».

«Item no mesmo dia comprei duas duzias de ripa para o auditorio a 80 reis duzia...140 reis.

Item mais pagei a hum servidor que andou ajudando na parede do cano 40 reis...40 reis.

Item mais de dous carros de sabro para a parede do auditorio...40 reis.

Item oje 11 de Setembro fiz ferea com tres carpinteiros e dous servidores que serraram os bordos e os carpinteiros levavam para forro do auditorio cada hum cinco dias a 80 reis por dia dous mil reis...2000 reis.

Item mais fiz feria com Antonio Diaz pedreiro cinco dias que trabalhou em huma parede que fez travessa sobre a parede do cano e andou retelhando parte da crasta e cobrio a casa do auditorio e outro pedreiro que o ajudou dous dias que foram por todo sete dias a 80 reis por dia monta 560 reis...560 reis.

Item de dous servidores que os serviram hum sete dias e outro cinco que são 12 dias a 40 reis dia...380 reis».

«Item mais de tres pedras grandes e hum carro d'alvenaria e hum carro de barro...cem 100 reis».

«Item a 18 de Setembro fiz feria com cinco officiaes a saber tres carpinteiros e dous serradores que trabalharam no forro do auditorio cada hum seis dias a 80 reis por dia dous mil 300 reis...2330 reis».

«Item aos 20 de Setembro pagei a dous serradores hum dia cada hum que acabaram de ser-rar os bordos a 80 reis por dia...160 reis.

Item a 24 de Setembro fiz feria com tres carpinteiros que trabalharam conco dias cada hum no foro do auditorio a 80 reis por dia mil 200 reis...1200 reis».

«Item compei huma taaboa em que se poseram as letras no auditorio e de a tingerem de preto custou...120 reis.

Item comprei corenta telhões a 10 reis o telhão para a varanda do auditorio e de os traze-rem d'Allem...340 reis.

Item a 2 d'Outubro fiz ferea a tres officiaes de cinco dias que trabalhou cada hum no forro do auditorio que foi o dia que o acabaram a 80 reis por dia mil e 200...1200 reis.

Item paguei a hum homem que teve carregio de poer o pano da varanda do auditorio para o cabido ouvir a pregação...80 reis.

Item de pregadura que se gastou no forro do auditorio com o seu madeiramento dous mill 17 reis ...2017 reis.

Item a 7 de Outubro fiz fera com Antonio Diaz pedreiro de quatro dias que andou retelhando o auditorio e toda a varanda e asentou os telhões e guarneceo todo o auditorio de dentro a 80 reis dia monta... 320 reis».

Item de dois servidores que o serviram e allimpam todo o telhado e terçaram a cal cada hum corenta reis. E hum andou cinco dias a 40 reis por dia...520 reis.

Item comprei tres carros de saibro para esta obra a 20 reis carro...60 reis.

Item do carro de levar a madeira que me emprestaram para as escadas do auditorio e para as escadas dos orgãos...30 reis.

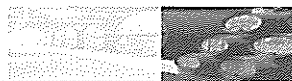
Item a 9 d'Outubro pagei quatro dias e meo que Gonçalo Jorge trabalhou em fazer as duas escadas dos orgãos e desfazellas e assim acabou no auditorio certa obra e seguiu os frechaes da varanda do auditorio a 80 reis por dia ...360 reis.

Item de hum servidor que andou ajudando a desfazer as escadas».

K/15/6/29, *Livro XII da Fabrica da Sé*, Despesas 1561-1562, s/n fls. (Parcialmente publicado por BASTO, Artur de Magalhães – *A Sé do Porto, Novos...*, p.17).

1562, Junho.

«Reverendissimo Senhor. Diz o conego Simão Vaz que ha oito anos e meio que serve o offi-cio de provedor da fabrica desta See e que tem levado nisso muito trabalho asi na arrecadação da



renda como nas importunações e desgostos das pessoas que pagam as penas dos clandestinos. E allem disso em todollos os ditos oito anos e meio fez o corucheo de pedra e forrou todo o auditorio de Vossa Senhoria de bordos e assi fez os dous cetros grandes e dous turibolos de prata novos e todas as mais cousas necessarias na sacrestia e asi folhou o carcere de taboado e o concertou ora de novo o tecto que estaa para cair e sempre teve cuidado e grande vigilanca em todas as obras da See asi no retelhar della como na charolla do altar moor que estava para cair. Pede a Vossa Senhoria Reverendissima que avendo respeito ao tempo que ha que serve e ao muito trabalho que tem levado para o pouco ordenado que tem que não são mais que corenta e cinco alqueires de pão lhe faça mercê de algum dinheiro da dita fabrica no que receba merce e justiça. Aja o supricante por seu trabalho seis mil reis ao primeiro de Julho de 1562. O Bispo do Porto».

K/15/6/32, *Livro VIII da Fábrica da Sé*, Despesas 1562-1563, s/n fls.

1563

«Item aos 18 de Março pagou a Fernão Gonçalves pedreiro por fazer a escada do auditorio a quall lhe deu aprecintada por preço de quatro mill e quinhentos e corenta reis. Convem a saber 4400 da empreitada e cento e corenta reis por hum dia que mais trabalhou ele e seu filho...4540 reis.

Item mais trabalhou mais dous dias ele e seu filho em revocar a varanda e o pulpito e os apinzelar duzentos e oitenta reis...280 reis.

Item mais pagou a hum servidor que servio dous dias e de hum vaso que comprou para o polme de cal a saber o servidor a 80 reis e o vaso 20 reis...100 reis».

Março 30

«Item comprou huma padieira de cinco palmos para se por no rebate do taboleiro da escada do auditorio que custou hum tostão...100 reis.

Item mais pagou a Fernão Gonçalves pedreiro pola lavrar e assentar e rasgar o canto da parede em que trabalhou dous dias e meio duzentos e des reis....210 reis».

«Item mais pagou de hum ferro que pesou dous arrateis e quarta que chumbaram na pedra que se pos na escada do auditorio e de chumbo que levou cinquenta reis...50 reis».

K/15/6/5, *Livro III da Fábrica da Sé*, Despesas 1574-1575, s/n fls.

«Item a 29 de Novembro pagei a Gonçallo Jorge carpinteiro seis dias que trabalhou na varanda do auditorio e pos frechais e barrotes e assim a casa da obra de dentro que estava para cair a cem reis por dia e assim as grades do bautisterio e os chumbou os quatos das grades... 600reis

Item de dez arrateis de chumbo para chumbar os ferros nos cantos a 14 reis o arratel...140 reis

Item de pregos taboares e barrotes e faiares...250 reis.

Item pagei mais a Gaspar Martinz que retelhou toda a baranda do auditorio e a casa da obra de dentro e assim a casa da audiencia e retelhou toda a crasta de huma parte e de outra a elle e a outro official que andou com elle quinze jornaes ambos a cem reis por dia mjl e quinhentos...1500 reis.

Item de hum servidor que os servio quinze dias a 50 reis por dia...750 reis.

Item de dois carros de saibro a 30 reis carro...60 reis».

K/15/6/5, *Livro III da Fábrica da Sé*, Despesas 1586-1587, s/n fls.

1587, Maio

«Item pagei a hum carpinteiro de concertar a casa do auditorio eclesiastico cento e corenta reis hum dia...140 reis.».

